



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA
INTERNA**

**DESAFIOS DO PATRULHAMENTO DA POLÍCIA NACIONAL
DE ANGOLA NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE NO
MUNICÍPIO DE LUANDA**

Luís Paim Augusto

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS
XV CURSO NA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SEGURANÇA**

Orientação científica:

Prof. Doutor Pedro José Lopes Clemente

Lisboa, Abril, 2025





Título, Nome do Candidato

Mês, Ano



Desafios do patrulhamento da Polícia Nacional de Angola na prevenção da
criminalidade no município de Luanda
Luís Paim Augusto

Abril, 2025

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

(ISCPSI)

XV CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS (NI)

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SEGURANÇA



Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais, na Especialização em Gestão da Segurança, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna/PSP/MAI em Portugal, para obtenção do título de Mestre em Ciências Policiais.

Orientação científica:

Prof. Doutor Pedro José Lopes Clemente

Lisboa, Abril de 2025

DEDICATÓRIA

À minha querida e amada esposa, Josiana Valente Augusto, por ser a mais sacrificada por esta formação. A distância física entre Angola e Portugal, apesar de dolorosa, foi também fonte de motivação para a conclusão deste ciclo académico.

A ti, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTO

Ao Instituto Superior de Ciência Polícias e Segurança Interna e o coletivo de docente, pela formação e os métodos e qualidade conforme esta foi ministrada.

À Polícia Nacional de Angola, pela confiança depositada em mim, ao conceder a licença que tornou possível esta jornada de pesquisa e superação. A vossa colaboração foi fundamental para a concretização deste sonho.

Ao meu orientador científico, Prof. Doutor Pedro José Lopes Clemente, por ter aceitado o desafio de nortear a esta pesquisa e os conhecimentos transmitido durante o percurso formativo.

À minha amada esposa Josiana Augusto, minha companheira incansável, que enfrentou comigo o peso da distância entre Angola e Portugal. A tua coragem, sacrifício e amor inabaláveis foram a chama que manteve aceso o meu propósito. Cada momento longe de ti foi, ao mesmo tempo, dor e motivação para lutar até ao fim. Esta vitória também é tua!

Aos meus eternos pais, Luís Samuel e Joana Samuel, que, mesmo na ausência física, continuam vivos na minha memória e no meu coração. Obrigado pela criação, pela educação e por terem plantado em mim a semente do valor do conhecimento e da determinação. Os vossos ensinamentos e o desejo de me verem triunfar tornaram-se a base firme sobre a qual construí cada passo desta caminhada.

À minha família querida, pilares da minha vida, em especial à minha mãe, Rita Paim, e aos meus irmãos, Carlos Samuel, Lincoln Samuel, Luiana Samuel, Afonso Samuel e Lando Paim. Pois o vosso apoio moral e material constituiu motivação para a conclusão deste percurso formativo. Aos meus sobrinhos, primos e tios, que me sustentaram com amor e palavras de encorajamento, a minha eterna gratidão.

À minha cunhada, "Mãe Djany" (Djany Samuel), anjo que Deus colocou no meu caminho, obrigado pelo carinho, pela atenção incansável e pela dedicação em cuidar da minha estabilidade emocional. Os teus incentivos foram bálsamo em dias de luta e incerteza. Jamais esquecerei.

Aos colegas da turma de Gestão da segurança, aos meus amigos e todos que participaram direta ou indiretamente para culminar deste percurso endereço a minha gratidão.

Aos amigos e colegas que participaram diretamente nesta jornada formativa (Ildefonso Vunge, António Reis, Nazário dos Santos e Eva Kimbange da Rosa) pela partilha de conhecimentos, debates científicos, suporte académico e pessoal. As nossas experiências enquanto imigrantes, bem como a motivação mútua, foram fundamentais para o fortalecimento da minha maturidade científica, profissional e pessoal.

Aos amigos e colegas cuja amizade fraternal permaneceu constante (Leonardo Bambe, Silva Faria, Zacarias Cabilhete, Abel Sakoka, Adilson Manuel e Osvaldo Vungula) pela crença no meu potencial e pelo suporte contínuo. A vossa motivação foi um verdadeiro alicerce nesta caminhada.

Aos bravos colegas operacionais da Polícia Nacional de Angola, Pedro Paulo, Moisés Cassanga, Violante Manuel, Jimenes Managa, Leonardo Cumuissa, Jacinto Lamba Rafael, Marla Mango Pegado, Dário Facada, Emerson Jala e José Pacheco. Pelo apoio indispensável, mesmo à distância.

Aos amigos de luta e vitória, Nuno Zage, Mariojorge Zagi, Tuli Fortunato, José Vicente e Fernanda Cláudia Pereira José, pela amizade, coragem e fé partilhadas ao longo deste percurso.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste sonho, o meu mais sincero e profundo agradecimento.

EPÍGRAFE

“A polícia é a face mais visível; sua ação ou omissão
constrói a legitimidade ou ruína da ordem pública”

(Skrika, 2025)

RESUMO

O cenário da prevenção criminal em Angola tem sido o ponto de partida para reflexão das estratégias de atuação dos órgãos responsáveis pela garantia da segurança pública, sobretudo as técnicas de prevenção mais visíveis pelos cidadãos no seu dia-a-dia (patrulhamento policial), pelo que, é importante abordar sobre o seu desafio. Tematicamente a pesquisa reflete sobre: desafios do patrulhamento da Polícia Nacional de Angola na prevenção da criminalidade no município de Luanda. A pesquisa tem como objetivo: Analisar os principais desafios do patrulhamento da PNA na prevenção da criminalidade no município de Luanda. Com o suporte metodológico, aplicou-se uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), suportada pelos métodos hipotético dedutivo e estatístico. Os dados empíricos foram adquiridos mediante as técnicas de entrevista (dirigida ao Comandante municipal) e questionário a uma amostra de 220 inquiridos (só aqueles que exercem o patrulhamento policial no município em análise). Constatou-se que o comando municipal de Luanda, regista escassez de recursos humanos e materiais, adaptação da abordagem policial ao policiamento de proximidade enfrenta um conjunto de limitação, pouco frequência de ações de formação contínua para efetivo que exerce o patrulhamento policial, há alguma frequência de ocorrência de riscos operacionais mas o apoio institucional aos agentes vítimas destes riscos é de péssima qualidade. Conclui-se fatores como estrutura urbana inadequada, a escassez de recursos humanos e materiais, e a insuficiência na formação especializada para o policiamento de proximidade comprometem a eficácia do patrulhamento da PNA em Luanda. Esses desafios evidenciam que o progresso do policiamento de proximidade depende não somente do aumento dos recursos humanos, da aquisição e modernização dos equipamentos e técnicas, mas também de uma transformação profunda na cultura e nos procedimentos institucionais da PNA.

Palavras chave: Segurança pública; Prevenção criminal; Patrulhamento

ABSTRACT

The landscape of crime prevention in Angola has been a starting point for reflecting on the strategies employed by the institutions responsible for ensuring public safety, particularly the crime prevention techniques most visible to citizens in their daily lives (police patrols). Therefore, it is important to address the challenges involved. Thematically, this: Challenges Faced by the National Police of Angola in Crime Prevention in the Municipality of Luanda. The objective of the study is to analyze the main challenges encountered by the National Police of Angola (PNA) in preventing crime within the municipality of Luanda. Methodologically, the research employed a mixed-methods approach (qualitative and quantitative), supported by hypothetical-deductive and statistical methods. Empirical data were collected through interviews (conducted with the municipal commander) and questionnaires administered to a sample of 220 respondents (all actively engaged in police patrol duties within the municipality under study). The findings revealed that the Municipal Command of Luanda faces a shortage of both human and material resources. The adaptation of police practices to community policing encounters several limitations, including infrequent continuous training for officers assigned to patrol duties. Operational risks are relatively common, but institutional support for officers affected by such risks is of poor quality. It is concluded that factors such as an inadequate urban structure, lack of resources (both human and material), and insufficient specialized training for community policing compromise the effectiveness of PNA patrols in Luanda. These challenges highlight that progress in community policing depends not only on increasing human resources, acquiring and modernizing equipment and techniques, but also on a profound transformation of the institutional culture and procedures of the PNA.

Keywords: Public security; Crime prevention; Patrol policing

LISTA DE SIGLAS

ASEAN- Associação de Nações do Sudeste Asiático

CML- Comando Municipal de Luanda

CPL- Comando Provincial de Luanda

CRA- Constituição da República de Angola

GNR- Guarda Nacional Republicana

MININT- Ministério do Interior

UE- União Europeia

ONU- Organização das Nações Unidas

PSP- Polícia de Segurança Pública

PNA- Polícia Nacional de Angola

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTO	ii
EPÍGRAFE.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
INDICE DE TABELAS	x
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1.1. Segurança Pública.....	6
1.2. Prevenção criminal.....	8
1.2.1 Perspetiva internacional	9
1.2.2 Perspetiva governamental	10
1.2.3 Ponto de vista da criminologia.....	10
1.3. Patrulhamento Policial	11
CAPÍTULO- II- PRINCIPAIS DESAFIOS DO PATRULHAMENTO POLICIAL	15
2.1. Densidade populacional e índice criminal	15
2.2. Estrutura urbana	16
2.3. Recursos humanos	17
2.4 Recursos materiais e tecnológicos	18
2.5. Formação continua.....	20
2.6. Adaptação da abordagem policial face o modelo de policiamento de proximidade..	22
2.7. Jornada de trabalho e Descanso	23
2.8. Riscos Operacionais.....	25
2.9 Síntese do capítulo	27

CAPITULO 3- A POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA.....	28
CAPITULO 4- METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	33
4.1. Classificação da Pesquisa	33
4.3. Técnicas de recolha de dados.....	34
4.4. Caracterização da População e Amostra.....	34
CAPITULO 5- OBJETO DE ESTUDO	36
5.1. Caracterização do Município de Luanda	36
5.2 Comando Municipal de Luanda.....	37
5.3 Situação criminal no município de Luanda	38
CAPITULO 6- APRESENTAÇÃO ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS... 39	
6.1 Caracterização dos inquiridos	39
6.2 Apresentação e discussão dos resultados dos inquéritos	41
6.3 Análise e discussão das hipóteses	55
CONCLUSÕES	57
RECOMENDAÇÕES	60
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÉNDICE	67
ANEXOS	78

INDICE DE TABELAS

Tabela 1: População e Amostra	34
Tabela 2: Idade dos inquiridos	39
Tabela 3: Gênero dos inquiridos	40
Tabela 4: Nível académico dos inquiridos	76
Tabela 5: Posto dos inquiridos	76

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico- nº 1- Análise da percepção do nível de criminalidade	41
Gráfico nº2 - Análise da percepção das principais dificuldades enfrentadas na realização do patrulhamento em Luanda	43
Gráfico nº3 Análise sobre dificuldade da estrutura urbana de Luanda no patrulhamento	45
Gráfico nº4 Análise sobre os fatores condicionantes da estrutura urbana no patrulhamento urbano	47
Gráfico nº5 Análise da percepção da frequência em ações de formação contínua ou reciclagem	48
Gráfico nº 6 Percepção da qualidade da intervenção do Comando municipal de Luanda as vítima de riscos operacionais durante o patrulhamento.....	50
Gráfico nº 7 Análise sobre adaptação da abordagem policial ao modelo de policiamento de proximidade no município de Luanda.....	51
Gráfico nº 8 Análise da percepção dos fatores que representam os maiores desafios para a adaptação da abordagem policial ao modelo de policiamento de proximidade no município de Luanda.....	53
Gráfico nº 9 Análise sobre a percepção do impacto da escala de serviço no descanso para o bom desempenho profissional.....	54

INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um direito dos cidadãos e um dever do Estado, que deve contar com a participação de todos para a sua consolidação (CRA, 2010). Neste âmbito, a “manutenção da ordem pública é um dos principais bens coletivos da sociedade moderna”, competindo ao Estado combater a criminalidade para garantir o bem-estar social e proteger o património e a integridade física dos cidadãos (Sapori, 2007, citado por Hamada & Nassif, 2018, p. 208). Em Angola, estas competências são atribuídas à Polícia Nacional de Angola (PNA), nos termos do artigo 4.º do seu Estatuto Orgânico (Decreto Presidencial nº 152/2019).

No contexto atual do município de Luanda, o crescimento demográfico acelerado, a urbanização desordenada e o aumento da criminalidade urbana impõem desafios significativos à atuação preventiva da PNA. Perante esta realidade, exige-se da instituição a aplicação de estratégias urgentes, como o reforço do patrulhamento e a massificação do policiamento de proximidade, com vista a elevar o sentimento de segurança da população.

O patrulhamento policial assume, assim, um papel central enquanto técnica de visibilidade, dissuasão e aproximação à comunidade. Esta prática permite não só que os cidadãos avaliem o desempenho policial, como também que os agentes conheçam melhor o território e recolham informações relevantes para a tomada de decisão (Durão, 2006). Trata-se de uma ação essencialmente preventiva, na medida em que a presença policial no terreno transmite ao potencial infrator a mensagem de que “a prática do crime será arriscada e pouco rentável” (Clemente, 2010, p. 156). Por esse motivo, importa valorizar e estudar esta técnica, analisando os constrangimentos que impedem a sua plena eficácia (Quiar, 2016).

Apesar das políticas e estratégias implementadas pela PNA para garantir a segurança pública, a organização enfrenta diversos obstáculos para cumprir os seus objetivos. A sua identificação e superação são, por isso, determinantes para melhorar a qualidade do serviço prestado. A presente investigação surge, precisamente, da observação direta dos desafios que a PNA enfrenta na realização do patrulhamento policial em Luanda, constituindo uma temática de relevância institucional e social, com reflexo direto nas estatísticas criminais e no sentimento de segurança.

Compreender tais desafios permite refletir sobre o contraste entre o ideal e o real da segurança pública na unidade em análise, podendo contribuir para o aprimoramento de estratégias que visem mitigar situações de risco e aumentar a confiança das comunidades. Neste sentido, o estudo propõe-se responder à seguinte questão de investigação: **Quais são os principais desafios do patrulhamento da PNA na prevenção da criminalidade no município de Luanda?**

A pesquisa tem como objeto de estudo, o Patrulhamento policial

Face à situação atual da criminalidade em Angola, especialmente no município de Luanda, exige da PNA aplicação de estratégias urgentes para contrapor a situação de segurança pública, destas, estão incluso o aumento do patrulhamento policial a todo custo, bem como a massificação do Policiamento de proximidade para elevar o sentimento de segurança dos cidadãos.

Em Angola, particularmente no Município de Luanda, o crescimento demográfico acelerado, a urbanização desordenada e o aumento de fenómenos criminais urbanos têm imposto desafios significativos à atuação preventiva da Polícia Nacional de Angola (PNA).

Neste contexto, o patrulhamento policial assume um papel determinante enquanto técnica de visibilidade, dissuasão e aproximação entre a polícia e a comunidade. Contudo, a sua eficácia depende de diversos fatores, humanos, materiais, logísticos e institucionais, que quando limitados, reduzem a capacidade de resposta da PNA e fragilizam o sentimento de segurança da população.

A via mais fácil que as comunidades têm de conhecer, interagir e avaliar as suas polícias, é mediante o patrulhamento policial (por ser uma rotina) e simultaneamente os agentes policiais conhecem melhor as comunidades e obter mais informações que podem influenciar na tomada de decisão das atividades polícias (Durão, 2006). É mediante esta técnica preventiva policial que muitas ações criminais são frustradas, que criminosos são detidos, que oportunidades de ocorrência de ações ilícitas são reduzidas. Assim sendo, parte da avaliação do trabalho policial é feita mediante o patrulhamento policial, que de acordo Clemente (2010, p.156), é uma “ação policial é essencialmente preventiva: ao patrulhar a via pública, o agente policial envia uma mensagem ao delinquente: a prática do delito seria arriscado e pouco rentável”. Esta prática preventiva deve ser sempre valorizada e estudada para atingir a sua eficácia (Quiar, 2016),

deixando patente que, deve-se sempre analisar e compreender os desafios enfrentados no âmbito do patrulhamento para que este atinja os resultados esperados.

Apesar das várias políticas e estratégias que a Polícia Nacional de Angola tem aplicado para garantir a segurança pública, como qualquer organização, também tem enfrentados vários desafios para atingir os seus objetivos, pelo que, a identificação e superação destes, elevarão a qualidade dos serviços policiais prestados.

Por tanto, pela observação direta e participante na constatação do estado de segurança pública de Angola (em particular a criminalidade urbana) e dos constantes desafios que a Polícia Nacional de Angola tem enfrentado na garantir da segurança pública (especificamente na realização do patrulhamento policial em Luanda), constituiu motivação para abordagem da presente temática. Assim, torna-se relevante esta abordagem porque trata de um problema de preocupação institucional, sobretudo no efetivo da Polícia Nacional de Angola (PNA) que lidam diretamente com o combate e prevenção criminal e comunitária, sendo que os seus reflexos têm impacto social e nas estatísticas criminais e no sentimento de segurança dos cidadãos.

Compreender os desafios desta instituição castrense (PNA) na prevenção e combate a criminalidade urbana através do patrulhamento policial, conduz a reflexão entre o Ideal e o Real da segurança pública na unidade em análise. Essa compreensão poderá auxiliar o aprimoramento de estratégias que visam dirimir situações que ferem a segurança e tranquilidade públicas e elevar o sentimento de segurança das comunidades.

Toda investigação científica é desenvolvida mediante a um problema, nesta âmbito, a presente pesquisa destinou-se em dar resposta à seguinte pergunta de partida: **Quais são os principais desafios do patrulhamento da PNA na prevenção da criminalidade no município de Luanda?**

A para o auxilio da resposta do problema de pesquisa, foi elaborado os seguintes objetivos:

Geral:

- ✓ Analisar os principais desafios do patrulhamento da PNA na prevenção da criminalidade no município de Luanda.

Específicos:

- ✓ Avaliar a relação entre o índice de criminalidade em Luanda e a atividade de patrulhamento policial;

- ✓ Descrever a influência da estrutura urbana na execução do patrulhamento;
- ✓ Aferir a disponibilidade de recursos humanos e materiais afetos ao patrulhamento;
- ✓ Examinar o grau de adaptação da abordagem policial à estratégia de policiamento de proximidade;
- ✓ Verificar o impacto da jornada de trabalho e descanso no desempenho do efetivo;
- ✓ Avaliar a exposição dos agentes a riscos operacionais e o apoio prestado pelo Comando Municipal;
- ✓ Verificar a abrangência da formação contínua oferecida aos agentes de patrulhamento.

No intuito de encontrar as possíveis repostas ao problema, esperando a confirmação e infirmação, foram criadas as seguintes hipóteses:

H1- O índice de criminalidade, a estrutura urbana inadequada, a falta de recursos humanos e materiais, adaptação da abordagem policial face à estratégia de policiamento de proximidade, constituem os desafios do patrulhamento da PNA em Luanda.

H2- A carência de formação contínua aos agentes que exercem atividade de patrulhamento, o pouco tempo de folga dos agentes, os riscos operacionais que os agentes que exercem atividade de patrulhamento estão expostos, contribuem nos desafios do patrulhamento da PNA na prevenção da criminalidade em Luanda.

Variáveis

Dependentes: desafios do patrulhamento da PNA em Luanda.

Independentes: índice de criminalidade, estrutura urbana inadequada, falta de recursos humanos e materiais, adaptação da abordagem policial face ao policiamento de proximidade, pouco tempo de folga dos agentes, riscos operacionais, carência de formação contínua.

Estrutura do Trabalho

A presente dissertação organiza-se em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, abordando conceitos-chave como segurança, prevenção criminal e patrulhamento policial. O segundo debruça-se sobre a problemática dos desafios do patrulhamento, analisando fatores como densidade populacional, estrutura urbana, recursos e formação. O terceiro capítulo caracteriza a Polícia Nacional de Angola, a sua organização e

atuação, com enfoque no Comando Provincial de Luanda e nas estratégias de policiamento de proximidade. O quarto capítulo descreve a metodologia de investigação adotada, incluindo classificação, método, técnicas de recolha de dados e caracterização da amostra. O quinto capítulo apresenta o objeto de estudo, caracterizando o município de Luanda e o respetivo Comando Municipal. Por fim, o sexto capítulo expõe a análise e discussão dos resultados, com a caracterização dos inquiridos e a interpretação dos dados recolhidos. O trabalho encerra com as conclusões, recomendações e referências bibliográficas.

CAPITULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo destina-se conceitualizar e explorar as palavras-chave nomeadamente, segurança pública, prevenção criminal, patrulhamento policial, que de certa forma ajudam compreender melhor a temática.

1.1. Segurança Pública

A segurança pública é um tema bastante abordado em diversas esferas da sociedade, visto que tudo e todos são consumidores ou beneficiário direto da mesma em cada minuto na vida em sociedade. Compreender a segurança pública requer primeiro definir o conceito de segurança, considerando suas dimensões sociais, políticas e humanas.

A segurança constitui uma aspiração fundamental da condição humana, materializando-se num estado de espírito que permite aos indivíduos e comunidades viverem com tranquilidade, confiança e liberdade, perante as ameaças de riscos ou perdas (Vocábulo Policial da PNA, 2023). Para além da sua dimensão protetora, ela é um processo dinâmico de promoção dos valores e interesses considerados vitais para o bem-estar coletivo (Tomé, 2010). Desta feita, o alcance da segurança aproxima as sociedades do ideal de uma vida liberta das inquietações mais cruciais nos domínios militar, político e económico (Tomé, 2010). É nesta busca por uma estabilidade multidimensional que a segurança se revela, portanto, um pilar indispensável para a prosperidade coletiva.

A perceção histórica do conceito de segurança tem evoluído de forma dinâmica, moldada pela resposta a uma questão fundamental: a segurança para quem? (Silva *et al.*, s/d.). Esta indagação percorre a história, desde a sua aplicação primordial ao grupo tribal, passando pela sua apropriação por reis, deuses e elites, até à sua consolidação como atributo do Estado moderno. Foi, contudo, na idade contemporânea que o seu âmbito se alargou decisivamente para o cidadão e a sociedade, culminando hoje numa dimensão global e cibernética (Silva *et al.*, s/d.).

Deste percurso multifacetado emerge uma noção abrangente, onde a segurança, em sentido lato, "pressupõe a prevenção de riscos para a saúde e bem-estar das populações nas sociedades modernas" (Caiado, 2013, p. 38). É precisamente desta amplitude conceptual que se ramifica e fundamenta a segurança pública.

A segurança pública consagra-se como um pilar integrante da segurança nacional. Em Angola, este desígnio é consagrado constitucionalmente como um dever do Estado, um direito fundamental do cidadão e uma responsabilidade partilhada por todos (CRA,2010). Materializa-se, ela é a "garantia que o Estado proporciona à nação, a fim de assegurar a ordem pública ou ausência de prejuízo, aos direitos do cidadão, pelo eficiente funcionamento dos órgãos do Estado" (PNA, 2023, p. 133). Neste sentido, a sua missão operacional concretiza-se ao "proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, de modo a garantir o exercício pleno da comunidade" (Nakane, 2013, p. 72). Neste contexto, segurança pública configura-se, assim, como a expressão prática e quotidiana do contrato social, onde a garantia da ordem e a proteção dos direitos individuais e coletivos, constituem a base para uma coexistência segura e harmoniosa.

Os órgãos e serviço de ordem interna e segurança pública de Angola, são tutelados pelo Ministério do Interior, que é órgão ministerial, responsável em propor, coordenar executar e avaliar a política do Executivo, relativo a Ordem interna e Segurança pública (artigo 1º do Decreto Presidencial nº 209/14 de 18 de Agosto).

Fazem parte do Ministério do Interior os seguintes órgão: a Polícia Nacional de Angola (PNA), o Serviço de Investigação Criminal (SIC), o Serviços de Migração e Estrangeiros (SME), Serviços Penitenciários (SP) Serviço de Proteção Civil e Bombeiros (SPCB), que têm como objetivo a defesa da segurança e tranquilidade públicas, o asseguramento e proteção das instituições, dos cidadãos e respetivos bens, velar pela garantia do exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, o combate a criminalidade, a investigação e prevenção criminal, a proteção civil, o controlo do fluxo migratório, bem como a execução penal (Lei n.º 15/24, de 10 de Setembro).

A PNA consolida-se como a principal força policial do país, assumindo um estatuto singular que a distingue no panorama institucional angolano. Esta primazia decorre de um conjunto de fatores críticos: a sua natureza híbrida, que integra funções de prevenção e repressão criminal; a sua dependência funcional direta do Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-em-Chefe; e o facto de ser a única força policial explicitamente consagrada por um enquadramento constitucional específico. A estas características soma-se uma jurisdição territorialmente completa, que se estende a todo o espaço nacional, abarcando os domínios terrestre, aquático, aéreo e fronteiriço, incluindo portos e aeroportos. Esta

conjugação de atributos confere à PNA um carácter de força policial integral, dotada de uma legitimidade e um alcance operacional sem paralelo no território nacional.

Com base no Índice Global da Paz, a segurança pública angolana pode ser analisada em contexto internacional. Angola posiciona-se como o 76.º país mais pacífico a nível global, o 3.º mais seguro da CPLP, O 8º mais seguro da SADC e o 13.º em África. Esta classificação evidencia progressos, mas também a necessidade de melhorias contínuas (Institute for Economics and Peace, 2025).

Neste contexto, a Polícia Nacional de Angola assume um papel crucial. A sua atuação operacional, assente no Decreto Presidencial n.º 152/19, é fundamental para a manutenção da segurança e para a prossecução do objetivo de elevar a posição do país no ranking global. O seu contributo direto, através de operações e patrulhamento, é um pilar indispensável para este desígnio nacional.

1.2. Prevenção criminal

Um dos elementos que consubstanciam o bem-estar social é a segurança. Segundo Azevedo e Nascimento, (2016, p. 670), “o medo e a insegurança configuram a experiência social contemporânea, esvaziando o espaço público, reduzindo a confiança na democracia e nas instituições e arregimentando novos adeptos às fações criminais (dentro e fora da estrutura estatal)”, é nesse sentido que “a prevenção criminal desempenha um importante papel, quer na manutenção do sentimento de segurança dos cidadãos, quer no controlo da criminalidade” (Martins, 2022, p. 24).

A prevenção criminal é o conjunto de medidas que visam reduzir ocorrências criminais, o sentimento de insegurança dos cidadãos, os seus efeitos nocivos sobre os indivíduos e a sociedade, intervindo no sentido de influenciar as suas causas (Oliveira, 2006; Comissão Europeia, 2004; ONU, 2010). Esta prevenção, abrange modificações no ambiente físico e urbano, como a implementação de novos projetos arquitetónicos e o aumento da iluminação pública, com o objetivo de prevenir a ocorrência de crimes (Filho, 2020). Deste modo, para garantir um ambiente social seguro, é necessário o reconhecimento de que esta tarefa carece da intervenção de vários sectores, e não simplesmente responsabilidade dos órgãos responsável pela justiça e segurança interna (Oliveira, s/d).

Conforme Garland (2001) e Tonry (2012), a prevenção da criminalidade baseia-se em três dimensões complementares: social, situacional e comunitária.

- **Prevenção social:** atua sobre as causas estruturais do crime (pobreza, desemprego, exclusão e falta de educação cívica).
- **Prevenção situacional:** reduz oportunidades através da gestão do espaço urbano, da iluminação pública, da vigilância e da presença policial.
- **Prevenção comunitária:** envolve a população na corresponsabilização pela segurança, fortalecendo a cooperação entre polícias e cidadãos.

Em Angola, estas dimensões adquirem relevância particular, uma vez que a elevada densidade populacional e a urbanização desorganizada dificultam a ação policial e exigem políticas de proximidade mais eficazes.

Neste contexto, todas ações voltadas a prevenção, redução da criminalidade bem como as direcionadas a elevar o sentimento de segurança e extinguir ou reduzir o medo do crime, podem ser consideradas estratégias ou ações de prevenção criminal, seja ela no estrito ou no lato senso.

As bordagens em torno da prevenção criminal são bastante complexas, envolvendo diferentes perspetivas de compreensão.

1.2.1 Perspetiva internacional

No panorama internacional, a prevenção criminal transcende a mera reação local, materializando-se na criação de diretrizes globais que orientam as políticas públicas de segurança dos Estados.

A União dos Escritores das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2011) identifica como os fatores de riscos criminais transversais as "grandes deslocamentos populacionais, a urbanização rápida, os desastres ambientais, as recessões económicas e mudanças de padrões comerciais" (p. 11), fenómenos que exigem uma resposta coordenada. Neste sentido, organizações como as Nações Unidas, com a sua Convenção contra o Crime Organizado Transnacional e os seus protocolos adjacentes (Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, s.d.), a União Europeia, através de instrumentos como o Tratado de Lisboa (União Europeia, 2007) e o Programa de Estocolmo (Conselho da União Europeia, 2010), e a União Africana, com convenções setoriais (União Africana, 2003, 2005), institucionalizam quadros de cooperação que impulsionam a harmonização legislativa e uma abordagem integrada ao crime transfronteiriço.

Este ecossistema multilateral é complementado pelo papel das organizações não-governamentais, que atuam na base, suprindo necessidades básicas e reduzindo a exclusão social como forma de prevenção primária (Cronford, 2009), consolidando um modelo de segurança assente na cooperação estratégica e na proteção das populações vulneráveis.

1.2.2 Perspetiva governamental

Os Estados são responsáveis em garantir a prevenção criminal, mediante a criação e implementação de políticas públicas destinadas a contrapor os fatores de riscos da criminalidade como, a extensão da disparidade nos rendimentos domésticos entre as populações mais pobres e as mais ricas de um país, a corrupção, a qualidade das infraestruturas e instituições, e os padrões socioculturais infraestrutura e os poderes fiscais e administrativos inadequados, as condições de alojamento e de vizinhança pobres, a falta de facilidades tais como uma boa educação e serviços sanitários adequados, o desemprego elevado e o acesso fácil às drogas ou às armas (Escritores das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, 2010).

Esta prevenção, abrange modificações no ambiente físico e urbano, como a implementação de novos projetos arquitetónicos e o aumento da iluminação pública, com o objetivo de prevenir a ocorrência de crimes (Filho, 2020). Deste modo, para garantir um ambiente social seguro, é necessário o reconhecimento de que esta tarefa carece da intervenção de vários sectores, e não simplesmente responsabilidade dos órgãos responsável pela justiça e segurança interna (Oliveira, s/d).

Em Luanda, os planos estratégicos do Ministério do Interior refletem esta visão integrada, ainda que a sua implementação enfrente constrangimentos orçamentais e institucionais, que de certa forma limitam a eficácia das medidas preventivas. Ainda assim, as políticas públicas procuram alinhar-se com os princípios internacionais de prevenção, apostando na modernização das forças de segurança e na aproximação entre polícia e comunidade.

1.2.3 Ponto de vista da criminologia

No âmbito criminológico, as abordagens normalmente apoiam-se em outras teorias e estratégias para explicar as formas de compreensão e prevenção criminal. Autores como Beccaria (1764) e Lombroso (1876) lançaram as bases do pensamento sobre o comportamento criminal, mas as abordagens contemporâneas nomeadamente as teorias ecológicas, a teoria das atividades rotineiras, teoria da prevenção do crime mediante o desenho urbano (Shaw &

McKay, 1942; Cohen & Felson, 1979), demonstram que o crime emerge da interação entre motivação, oportunidade e ausência de controlo social.

Estas teorias, ao serem aplicadas ao contexto angolano, sublinham a necessidade de políticas integradas que contemplem tanto as causas estruturais (socioeconómicas) como os fatores ambientais e comportamentais do crime.

1.2.4 Perspetiva Policial

No âmbito das instituições responsáveis pela segurança interna, a prevenção criminal é um dos principais pilares da atividade policial, uma vez que as instituições policiais possuem legitimidade para exercer o poder coercivo do Estado dentro dos limites legais. Dessa forma, a atuação das forças policiais na prevenção da criminalidade ocorre por meio das políticas de segurança pública que abrangem diversas estratégias policiais como, o policiamento ostensivo, o policiamento comunitário e outras ações específicas de aplicação da lei no *stricto sensu* (Oliveira, s/d).

Sendo a polícia a principal fonte de conhecimento do crime, é por meio dela que as ocorrências criminais são registradas, analisadas e utilizadas na elaboração de estatísticas criminais influenciando a tomada de decisão. Esses dados desempenham um papel fundamental na formulação de estratégias governamentais e não-governamentais voltadas à prevenção da criminalidade. Em Angola, esta prática traduz-se nas diferentes ações preventivas da PNA (patrulhamento ostensivos, diferentes operações policiais, a realização de ações de policiamento de proximidade no âmbito do projeto “a nossa esquadra”).

1.3. Patrulhamento Policial

Ação policial é de natureza preventiva, a presença policial na via pública envia uma mensagem ao delinquente que “a prática do delito seria arriscada e pouco rentável” (Clemente, 2010, p.156), os cidadãos reagem à sua presença alterando o seu comportamento habitual (Santos, 2013). Estes motivos despertam a continuidade e investimento do patrulhamento policial.

O patrulhamento policial, é uma ação essencialmente preventiva e de vigilância, efetuada por uma força de segurança, uniformizada, armada, equipada, comandada, que consiste em percorrer rotineiramente, a pé ou com o auxílio de um meio de locomoção em determinada área, previamente demarcada, obedecendo ou não a um itinerário, com o objetivo de observar, interpelar, revistar, auxiliar, contactar ou prestar informações aos cidadãos, tendo

como ferramenta fundamental a patrulha (PNA, 2023; Chiyaneke, 2002; Quiar, 2016). Esta técnica policial tem efeitos significativo na prevenção da criminalidade na via pública ou em locais sujeitos a vigilância policial.

Deve-se destacar que o patrulhamento policial “apesar de ser uma atividade fundamentalmente preventiva, pode evoluir para uma atividade repressiva dependendo da necessidade que os elementos da patrulha tenham para resolver qualquer situação com que se deparem” (Delgado, 2011, p.21).

Mediante o seu impacto e importância, Ferret (2003), afirma que, o patrulhamento policial (seja ele em aleatório ou em locais precisos) é uma estratégia de prevenção criminal eficaz. Esta eficácia, justifica-se nas circunstâncias em que, quanto maior for o número de patrulhas visíveis, menor será a ocorrências de crimes. Mais do que uma estratégia, pela sua importância e pela forma reiterada que esta prática (patrulhamento) é tradicionalmente realizada, mas nos atuais esta “sendo intersectado por amplas lógicas de Estado, de sociedade e de cultura” (Durão 2006, p.20).

Desta forma, para que esta ação policial atinge a sua finalidade, no âmbito da sua realização, ela varia com base a sua modalidade e características, técnicas e forma.

Quanto a modalidade o patrulhamento pode ser: urbano (desenvolvido em áreas urbanizadas), rural/periurbano (desenvolvido nas zonas rurais ou periféricas, como aldeias, comunas e povoações e visam garantir as condições básicas de segurança da comunidade) (PNA,2020).

Relativamente as características do patrulhamento podem variar em: preventivo, pró-ativo, repressivo, permanente, comunicativo (NEP nº 001/2021/CGPN). Estas variam de acordo ao modelo de policiamento vigente em cada País.

As técnicas de patrulhamento podem ser: aleatório, porta à porta, por pontos negros, por sector (NEP nº 001/2021/CGPN). Estas variam de cordo as estratégias operativa das unidades policiais para contrapor situação criminal vivenciada.

As formas de patrulhamento variam em: patrulhamento apeado (à pé), patrulhamento auto (com veículo automóvel/motociclo), Ciclo-patrulhamento (com bicicleta), Patrulhamento aquático (com barco), Patrulhamento tecnológico ou remoto: uso de câmaras, drones e sistemas de vigilância eletrónica (PNA, 2020; Bayley, 1994). Essas, dependem das características arquitetónicas e geográfica dos territórios operacionais das unidades policiais. Por exemplo, é

indispensável aplicação do patrulhamento auto com veículo automóvel, em áreas de difícil acesso, ou com ruas muito estreitas. Nestas zonas, compensa o patrulhamento apeado ou motorizado (se as características do local facilitam). Já em zonas onde possuem mar, rios e lagos, é possível aplicação do patrulhamento aquático.

Na realidade angolana, o patrulhamento terrestre, designadamente apeado, motorizado e automóvel, é da competência das unidades de base, como as esquadras policiais e comandos municipais, bem como de unidades de intervenção rápida.

Em contrapartida, o patrulhamento aquático e aéreo é realizado por unidades especializadas, cuja competência específica as habilita a atuar nestes domínios. É o caso da Unidade de Aviação da Polícia Nacional, da Polícia Fiscal e da Polícia de Guarda Fronteira, que exercem a sua atuação em zonas marítimas e fluviais.

1.3.1 Evolução tecnológica face o patrulhamento Policial

A evolução tecnológica do século XXI alterou profundamente as tipologias criminais. O avanço das comunicações digitais e das redes informáticas deu origem a novas ameaças, como a criminalidade cibernética, o tráfico transnacional e o crime organizado digital (Grabosky, 2016). Face a estas transformações, o patrulhamento policial deve articular a presença física com a vigilância tecnológica, reforçando o uso de inteligência policial, análise preditiva e sistemas integrados de informação.

Assim, o policiamento híbrido, que combina a atuação humana com tecnologia de monitorização, surge como tendência contemporânea para aumentar a eficiência operacional e reduzir custos. Em Angola, verifica-se uma integração incipiente de tecnologias de apoio ao patrulhamento policial. Apesar de existir uma presença visível de câmaras de videovigilância em algumas artérias principais urbanas, a sua implementação é ainda limitada, não abrangendo a generalidade dos bairros e suscitando questões sobre a sua qualidade e eficácia operacional.

O patrulhamento eficaz produz efeitos visíveis na redução da criminalidade e invisíveis na perceção social. A presença constante de agentes em áreas críticas aumenta a confiança da população e reduz o medo do crime (Skogan, 2006). Contudo, para alcançar resultados sustentáveis, o patrulhamento deve ser planeado com base em análise de dados, indicadores de risco e gestão por objetivos, princípios fundamentais da Gestão da Segurança Pública moderna (Pina e Cunha, 2020).

O enquadramento teórico apresentado demonstra que a segurança pública, a prevenção criminal e o patrulhamento policial constituem pilares interdependentes na arquitetura da ordem interna em Angola. No entanto, a análise revela desafios estruturais e operacionais que comprometem a eficácia das políticas públicas e a atuação policial.

Em primeiro lugar, a segurança pública continua a enfrentar assimetria entre políticas e práticas, especialmente na implementação de estratégias preventivas. Apesar do quadro normativo robusto e da estrutura organizacional consolidada do Ministério do Interior, persistem fragilidades no planeamento integrado, na articulação interinstitucional e na capacitação tecnológica das forças policiais.

A prevenção criminal, por sua vez, ainda é marcada por uma visão predominantemente reativa, centrada na repressão imediata, em detrimento da prevenção social e comunitária. Tal realidade decorre de fatores como a escassez de recursos, a carência de dados sistematizados e a fraca cooperação entre Estado, sociedade civil e setor privado. Quanto ao patrulhamento policial, verifica-se um descompasso entre a doutrina e a prática operacional. Embora os regulamentos e as Normas de Execução Permanente (NEP) apresentem um modelo estruturado e moderno, a execução cotidiana sofre com limitações logísticas, desigual distribuição de efetivos e lacunas na formação contínua dos agentes.

1.5. Síntese do Capítulo

O este Capítulo, estabeleceu os fundamentos teóricos que sustentam a compreensão da segurança pública, da prevenção criminal e do patrulhamento policial no contexto angolano. Evidenciou-se que a segurança pública, enquanto responsabilidade partilhada, ultrapassa a dimensão estatal, abrangendo a cidadania, as instituições e a própria comunidade. A prevenção criminal, integrada em políticas sociais e urbanas, deve articular ações repressivas e preventivas, num equilíbrio entre segurança e desenvolvimento humano.

O patrulhamento policial, núcleo da visibilidade e legitimidade da PNA, emerge como o instrumento operacional de maior impacto direto na perceção de segurança da população. Contudo, para alcançar níveis superiores de eficiência, requer investimento contínuo em recursos humanos, formação, inovação tecnológica e gestão baseada em evidências.

CAPÍTULO- II- PRINCIPAIS DESAFIOS DO PATRULHAMENTO POLICIAL

No âmbito do patrulhamento policial tem-se destacado vários desafios. Estes variam de acordo a realidade social de cada instituição policial. Na presente pesquisa são destacados os seguintes desafios: densidade populacional e índice criminal, estrutura urbana, recursos humanos e materiais, estratégias de policiamento, Jornada de trabalho e formação contínua.

2.1. Densidade populacional e índice criminal

A relação entre a densidade populacional e o índice criminal tem sido objeto de estudo nos últimos tempos, destacando-se como estes fatores podem impactar as estratégias do patrulhamento policial.

A União dos Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC,2011) destaca que alta densidade urbana está associada a problemas criminais. Partindo do pressuposto que grande número de população gera impacto político e económico, que deles podem derivar consequências como, altas taxas de desemprego, pobreza, desigualdade social, resultando a prestação insuficiente e precária dos serviços públicos. Portanto este conjunto de fatores concorrem para o aumento das cifras criminais. O índice criminal tem sido o principal barómetro para analisar a eficácia do patrulhamento policial, mas não deve-se ignorar avaliação do sentimento de segurança nas comunidades. Assim, quanto maior for o registo de crime pelas autoridades, maior é o esforço o empenho de recursos e estratégias policiais.

Para Machado (2011), áreas com um índice populacional elevado, tendem desafiar o trabalho policial, obrigam as forças policia a criar a sensação de onnipresença, que de certa forma tem custos adicionais, além dos recurso hunos e logístico, vai requerer adesão de tecnologias modernas, par o alcance do objetivo policial.

Outra visão do impacto desta combinação (densidade populacional e índice criminal) é explicada no âmbito criminológico, através da teoria das atividades rotineiras, que segundo Cohen e Felson (1979), o crime ocorre quando há a convergência de um criminoso motivado, uma vítima vulnerável e a ausência de um guardião capaz. Em áreas com alta densidade populacional, essa combinação torna-se mais frequente, uma vez que a aglomeração de pessoas gera oportunidades criminosas, reduzindo a perceção de controlo e aumentando o anonimato dos infratores.

Face ao exposto, é importante destacar que as áreas com maior concentração populacional podem apresentar desafios adicionais para a segurança pública, sobretudo nas estratégias de policiamento, exigindo uma ampla análise das técnicas de patrulhamento, da qualidade e quantidade dos recursos a serem empregues para prevenir a criminalidade urbana.

A situação operativa do município de Luanda é desafiadora em função do impacto, político, económico e social que o mesmo representa. Por ser o município sede da capital do país, está sediado diversas estruturas funcional (públicas e privadas), que movimentam uma grande quantidade de pessoas neste município. A densidade populacional do município de Luanda é de 2,9 milhões de habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2016), o desafio para instituições policiais surgem não só pelo número da população, mas também, da soma destes com a população em trânsito (trabalhadores e turistas) o que acaba criando mais oportunidades de ocorrências criminais.

2.2. Estrutura urbana

Na projeção de um espaço urbano deve-se levar em conta que a estrutura a construir deverá facilitar a preservação e a segurança destes mesmo espaço, consideram que as características espaciais existentes devem facilitar a intervenção policial e aplicação dos seus mecanismos de segurança para manter a ordem e elevar o sentimento de segurança dos habitantes (Tavares, 2021). A estrutura urbanística de um município influencia na eficácia do patrulhamento policial. Quando as estruturas são desordenadas acabam submetendo os agentes policiais a diversos riscos dificultando o acesso da Polícia a estes locais, facto que pode influenciar efetivamente no tempo de resposta as ocorrências de emergência policial (João e Consta, 2022).

Machado (2011), observa que, bairros problemáticos exigem uma presença policial mais intensa para controlar a desordem e prevenir a criminalidade. Essa necessidade ampliada de recursos humanos e materiais sobrecarrega os recursos disponíveis e pode desfalcar outras áreas que também requerem atenção das forças policiais.

O contexto urbano de Luanda é um fator determinante para compreender as limitações do patrulhamento. A cidade caracteriza-se pela existência de áreas densamente povoadas e zonas de expansão desorganizada.

Por tanto, a estrutura urbana desordenada em Luanda, não apenas dificulta o patrulhamento, mas também movimenta maior contingente de forças policiais e recursos em comparação com áreas bem estruturadas, é neste contexto que Henriques (2020), em zonas urbanas desordenadas, reestruturação do desenho urbano e a melhoria das infraestruturas podem contribuir significativamente para a redução da criminalidade. Daí, a necessidade da prevenção criminal ser uma tarefa multissetorial em função dos diversos fatores que estão envolvidos nas causas da criminalidade.

2.3. Recursos humanos

Sendo o patrulhamento policial um dos principais instrumentos de prevenção à criminalidade, é essencial para a manutenção da ordem pública. Essa técnica policial é a fonte primária do relacionamento da sociedade civil e a instituição policial.

A insuficiência de efetivos policiais constitui um fator crítico que compromete a eficácia do patrulhamento, gerando uma sucessão de disfunções operacionais. Como assinala Martins (2022), um quadro de pessoal reduzido sobrecarrega as operações, resultando numa cobertura territorial deficiente e em atrasos significativos na resposta a ocorrências. Esta limitação estrutural não só dificulta a capacidade operacional, como deteriora a percepção de segurança junto da população (Silva & Santos, 2018), criando um ciclo vicioso de desconfiança e ineficácia.

No contexto específico do município de Luanda, este desafio adquire proporções críticas. Com uma população de aproximadamente 2,9 milhões de habitantes, correspondente a 27% do total da provincial, o Comando Municipal de Luanda enfrenta um rácio operacional de 1 agente para 1173 cidadãos (Memorando do CML, 2024). Este indicador revela um défice estrutural profundo, que se agrava quando analisada a realidade das esquadras. Embora o quadro orgânico preveja até 300 efetivos por esquadra, a realidade operacional apresenta números inferiores a 100 elementos, englobando funções administrativas e operacionais. Esta situação degrada-se ainda mais quando considerados os absentismos por baixa médica, limitações funcionais e suspensões disciplinares, reduzindo drasticamente o efetivo diariamente disponível para patrulhamento.

As consequências operacionais deste cenário manifestam-se através de escalas de serviço extenuantes e da privação de períodos adequados de descanso, gerando esgotamento físico e mental nos agentes (Pereira e Nascimento, 2023), comprometendo inevitavelmente o desempenho operacional e a qualidade do serviço prestado à comunidade. O resultado é um

sistema de segurança pública operando em regime de contingência permanente, com implicações diretas na eficácia do patrulhamento e na segurança coletiva.

Essa problemática evidencia a necessidade de um planeamento adequado para suprir as demandas operacionais das corporações policiais.

2.4 Recursos materiais e tecnológicos

O desempenho do patrulhamento depende fortemente dos meios disponíveis. Viaturas, rádios de comunicação, coletes balísticos, uniformes, armamento, sistemas de georreferenciação e tecnologias de vigilância são instrumentos indispensáveis à atividade operacional, que torna possível a cobertura territorial e a resposta célere às ocorrências (Ferreira, 2019). Assim, a precariedade dos equipamentos não só dificulta a atuação policial, mas também coloca em risco a segurança dos agentes e da população (Ribeiro *et al.* 2021).

É importante refletir, que para atingir a eficácia do patrulhamento policial, não basta simplesmente aumentar a quantidade de recursos (materiais e tecnológicos), mas garantir que sejam adequados à realidade operacional e social. Por exemplo, viaturas modernas podem não ser bem aproveitadas em áreas de difícil acesso, onde motocicletas são mais eficazes que é o caso de alguns bairros em Lunda (Catambor, São Pedro da Barra, algumas áreas do Rangel etc). Algumas câmaras de vigilância funcionam bem em zonas urbanas, mas perdem eficiência em locais com pouca iluminação ou infraestrutura precária. Sem essa adequação, os recursos podem ser subutilizados, comprometendo a segurança dos agentes e da população.

No contexto, no município de Luandense, a insuficiência de meios tradicionais de patrulhamento constitui um desafio estrutural. O défice de viaturas, motociclos, armamento não letal e equipamentos de proteção individual representa o cerne das limitações operacionais da PNA na capital angolana. Esta carência quantitativa agrava-se quando conjugada com problemas de inadequação dos recursos existentes.

No domínio específico dos meios rolantes (viaturas e motorizadas), as dificuldades iniciam-se na manutenção e reparação destas (um ciclo vicioso onde a escassez inicial se amplifica progressivamente com cada avaria sucessiva). É frequente deparar-se com esquadras completamente desprovidas de viaturas operacionais, dependentes do apoio de unidades vizinhas que, por sua vez, dispõem igualmente de meios extremamente limitados.

Este cenário crítico, coloca os Comandantes (perante um paradoxo operacional: a exigência de resultados eficazes contrasta violentamente com as condições materiais disponíveis. Apesar destes constrangimentos estruturais, importa reconhecer os esforços desenvolvidos pela PNA em Luanda para garantia da ordem e tranquilidade públicas, que de certa forma, em algumas circunstâncias têm efeitos significativo na criminalidade objetiva. Contudo, estes esforços heroicos não podem substituir uma intervenção estratégica que enfrente, de forma sistémica, as limitações materiais e logísticas que comprometem a eficácia global do patrulhamento policial na capital angolana.

Num contexto em que a criminalidade urbana se torna cada vez mais sofisticada e tecnológica, a limitação dos meios de comunicação e vigilância coloca a PNA em desvantagem operacional. Grabosky (2016) destaca que a criminalidade contemporânea, amplificada pelas tecnologias digitais, exige das polícias adaptação constante, inovação e integração tecnológica.

O investimento em tecnologia de apoio ao patrulhamento (GPS, drones, câmaras de vídeo e vigilância, sistemas de análise preditiva, sensores balísticos, bancos de dados integrados e de acesso rápido, aplicativos móveis para policiais e centros de comando e controle integrados) representa um imperativo estratégico para aumentar a eficiência e garantir a segurança dos agentes e da população.

Luanda deu um passo significativo com a criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), que centraliza e processa informações de diversas fontes, como câmaras de vigilância e chamadas de emergência. Esta infraestrutura permite uma visão operacional abrangente e um direcionamento mais eficaz das equipas no terreno, representando um avanço notável na modernização policial em Angola.

Contudo, o sistema de videovigilância, embora útil na investigação criminal, apresenta limitações significativas: escassa cobertura territorial e questões técnicas que comprometem a qualidade das imagens. A sua eficácia restringe-se a algumas vias principais, carecendo de expansão para o interior dos bairros.

O panorama atual, ainda não incorpora tecnologias preditivas ou sistemas integrados de base de dados, ferramentas já operacionais em países como Portugal e África do Sul. A implementação de soluções como análise preditiva de criminalidade, aplicativos móveis para consulta operacional e leitores automáticos de matrícula representaria uma evolução estratégica

no patrulhamento, transitando de um modelo reativo para um paradigma preventivo e inteligente de segurança pública (Defesanet, 2025; Deloitte, 2022;).

Desta forma, a eficácia do patrulhamento em Luanda está condicionada a um salto qualitativo que vai além da simples reposição de meios, exigindo a implementação de um ecossistema tecnológico integrado e preditivo, capaz de colocar a informação a serviço da ação policial preventiva e da segurança tanto dos agentes quanto dos cidadãos.

A distribuição desigual dos recursos também é um problema recorrente. Em muitas cidades, observa-se que certas áreas recebem mais investimentos no âmbito da segurança pública do que outras, o que resulta na criação de zonas com maior vulnerabilidade criminal (Costa & Almeida, 2020). Segundo Silva e Santos (2018), regiões periféricas e de alta densidade populacional frequentemente carecem de policiamento adequado devido à alocação insuficiente de viaturas, rádios comunicadores e armamentos modernos. Isso reforça a necessidade de um planeamento estratégico que leve em consideração fatores como densidade demográfica, índices criminais e características socioeconômicas das localidades atendidas pelo patrulhamento.

Portanto, os recursos humanos e materiais são as principais ferramentas para eficácia do patrulhamento policial, sobretudo na implementação de modelos de policiamento preventivos modernos. O policiamento de proximidade, por exemplo, tem sido apontado como uma estratégia eficiente para reduzir crimes em comunidades vulneráveis, mas sua implementação requer investimentos contínuos em equipamentos, formação e aumento do efetivo (Martins, 2022). Sem esses recursos, as forças de segurança ficam limitadas em sua capacidade de atuar preventivamente, concentrando-se apenas em ações reativas.

2.5. Formação contínua

A formação contínua constitui um elemento central para o desempenho eficiente do patrulhamento policial, permitindo que os agentes atualizem seus conhecimentos e se adaptem às transformações sociais e operacionais exigidas pela realidade atual. Essa atualização constante é essencial para a adaptação às mudanças sociais e tecnológicas que impactam diretamente a segurança pública (Poncioni, 2023). Além de aprimorar habilidades técnicas, a formação contínua contribui para a humanização do policiamento, contribuindo significativamente na redução de violações de direitos humanos por parte das forças policiais.

Ao abordar aspetos como direitos humanos, mediação de conflitos e relacionamento com a comunidade, os programas de formação promovem uma atuação mais empática e alinhada às expectativas sociais. Essa abordagem fortalece a confiança mútua entre polícia e sociedade, essencial para a eficácia das ações de segurança (Assunção & Lopes, 2015).

É crucial que a formação contínua esteja alinhada às demandas da sociedade contemporânea. Questões como diversidade, inclusão e novas formas de criminalidade exigem que os programas de capacitação sejam constantemente atualizados para refletir essas realidades. Um alinhamento adequado garante que os policiais estejam preparados para atuar de maneira eficaz e sensível às necessidades da população (Poncioni, 2023).

No entanto, a implementação de programas de formação contínua enfrenta desafios estruturais e operacionais significativos. Uma cultura organizacional resistente a mudanças e a valorização excessiva da experiência prática em detrimento da teórica podem desmotivar os policiais a participarem de programas de capacitação (Poncioni, 2023). Outros desafios associados são: a falta de recursos adequados, como infraestrutura e pessoal qualificado, limita a eficácia desses programas. Além disso, a sobrecarga de trabalho e a escassez de efetivo dificultam a liberação de policiais para participarem de treinamentos, comprometendo a continuidade e a qualidade da formação (Soares, 2016). Estes desafios são frequentes em Luanda.

Em Angola, a PNA tem procurado reforçar os programas de formação através do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais, da Escola Nacional de Polícia e de parcerias internacionais. Contudo, a atualização curricular, o acesso a metodologias modernas de ensino e a integração de temas emergentes como cibersegurança, gestão de crise e direitos humanos, ainda representam desafios estruturais. A **formação contínua**, prevista nos planos de desenvolvimento institucional, é frequentemente limitada por restrições orçamentais e exigências operacionais. A ausência de reciclagens regulares impede a consolidação de competências adaptadas aos novos contextos urbanos e tecnológicos, comprometendo a eficácia do patrulhamento e a relação de confiança com a comunidade.

Embora a formação contínua seja essencial para a eficácia e humanização do patrulhamento policial, diversos desafios estruturais, culturais e operacionais precisam ser superados. Investir em programas de capacitação alinhados às demandas sociais e tecnológicas atuais é fundamental para promover uma atuação policial mais eficiente e ética.

2.6. Adaptação da abordagem policial face o modelo de policiamento de proximidade

A implementação do policiamento de proximidade em Luanda representa uma transformação paradigmática na conceção tradicional do patrulhamento policial. Este modelo, assente na prevenção criminal através da cooperação entre instituições policiais e comunidade (Vijver & Zoomer, 2004), exige uma reconfiguração profunda das práticas operacionais e da cultura organizacional da Polícia Nacional de Angola (PNA).

A transição para este modelo implica necessariamente uma redefinição da função policial, onde o agente transcende o papel meramente repressivo para se assumir como elemento integrante do tecido social (Lopes, 2013). Esta transformação exige que os agentes do patrulhamento ostensivo adotem uma abordagem preventiva, flexível e mediadora, incorporando competências que ultrapassam o âmbito estritamente policial (Oliveira, 2006).

Contudo, a implementação deste modelo depara-se com resistências internas significativas. Os agentes habituados a métodos tradicionais tendem a valorizar uma atuação reativa e repressiva, gerando um conflito cultural com as equipas de proximidade (Durão, 2006). Esta dicotomia operacional manifesta-se na PNA através da manutenção de práticas tradicionais e da limitada autonomia dos comandos locais, dificultando a necessária adaptação organizacional.

A sobrecarga de recursos constitui outro constrangimento relevante, uma vez que o policiamento de proximidade exige um efetivo dedicado a áreas específicas para desenvolver relações sustentadas com as comunidades (Dieu, 2002). Adicionalmente, a gestão das expectativas públicas representa um desafio complexo, dado que a incapacidade de responder a demandas comunitárias imediatas pode comprometer a confiança no modelo (Dieu & Mignon, 2001).

A iniciativa do projeto "A Nossa Esquadra" da PNA constitui um esforço meritório para operacionalizar este paradigma, transformando as esquadras em espaços de convivência e confiança. Contudo, a sua implementação enfrenta obstáculos estruturais e culturais que limitam o seu potencial transformador.

Em suma, adaptação do policiamento face ao modelo de proximidade influencia profundamente a realização do patrulhamento policial em Luanda ao reconfigurar três dimensões essenciais: dimensão estratégica, dimensão relacional, dimensão organizacional.

Esta adaptação, quando adequadamente implementada, potencializa significativamente a eficácia do patrulhamento na prevenção criminal, criando sinergias entre o conhecimento policial e o capital social das comunidades luandenses.

2.7. Jornada de trabalho e Descanso

A carga horária excessiva e a ausência de períodos de descanso adequados constituem fatores com impacto direto na saúde e no desempenho dos profissionais policiais. Jornadas prolongadas sem intervalos suficientes para recuperação podem conduzir à acumulação de fadiga, aumentando a suscetibilidade a erros operacionais e comprometendo a segurança dos agentes e da comunidade (Bernardino & Bernardino, 2021).

A literatura especializada indica que a privação de sono e um descanso inadequado se relacionam diretamente com o aumento de falhas durante as operações policiais. A insuficiência de repouso compromete funções cognitivas essenciais, como a atenção e a tomada de decisão, elevando o risco de ocorrência de incidentes indesejados (Ferreira, 2009).

Neste contexto, uma gestão eficaz do tempo de serviço revela-se crucial para o bem-estar dos policiais. Tal implica a adoção de escalas de trabalho que garantam períodos de descanso adequados, fomentando o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, e assegurando o necessário suporte institucional para enfrentar os desafios inerentes à profissão (Alves & Dias, 2019). Nesta perspetiva, Amendola *et al.* (2011) sustentam que turnos de 10 horas podem proporcionar maior satisfação e qualidade de sono aos policiais, enquanto os turnos de 12 horas exigem cautela, dado poderem acentuar a fadiga e afetar negativamente a saúde dos agentes. Salientam, contudo, que após tais jornadas deve ser garantido um período de repouso entre turnos de, no mínimo, 11 a 12 horas, assegurando uma recuperação adequada. Adicionalmente, o gozo de pelo menos dois dias consecutivos de folga após uma sequência de dias trabalhados, em particular após turnos noturnos, permite uma recuperação integral (Vila, 2006).

A gestão dos turnos varia consoante a organização policial de cada país. Em Portugal, na Polícia de Segurança Pública (PSP), o período normal de trabalho semanal é de 36 horas, nos termos do disposto no artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. Este regime integra ações de formação e treino, não podendo a duração de cada turno exceder os limites máximos dos períodos normais de trabalho, estabelecidos em 7 horas diárias e 35 horas semanais (Lei n.º 42/2016, de 1 de janeiro).

No Brasil, as Polícias Militares estaduais adotam diversas escalas de serviço, consoante a unidade federativa e as necessidades operacionais. Uma escala comum consiste em 12 horas de trabalho seguidas por 24 horas de folga, com alternância entre turnos diurnos e noturnos, resultando numa jornada mensal de 192 horas, o que excede a carga horária semanal de 42 horas legalmente prevista (Jusbrasil, 2016). Outra configuração utilizada é a escala 12x36, na qual o efetivo policial trabalha 12 horas e descansa 36 horas, totalizando aproximadamente 180 horas mensais (Pontotel, 2022). Recentemente, têm sido propostas escalas como a 24x72, em que o agente trabalha 24 horas consecutivas e descansa 72 horas, visando a humanização da carga horária e a redução do número de horas trabalhadas mensalmente (Pontotel, 2022).

Em Angola, os instrumentos legais salvaguardam o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, sobretudo no que concerne ao trabalho policial operacional exercido em regime de turnos. A Norma de Execução Permanente (NEP) da Polícia Nacional de Angola (PNA) de 2020, sobre a jornada de trabalho, estabelece que o efetivo policial não deve trabalhar mais de 37 horas semanais, cabendo às unidades a gestão do pessoal com base neste pressuposto e de acordo com a realidade operativa.

Todavia, face à realidade operacional de Luanda, caracterizada por um número escasso de recursos humanos, o efetivo operacional pertencente aos pelotões de patrulhamento nas esquadras do município trabalha num regime de 24 horas de serviço por 48 horas de folga, totalizando mais de 50 horas semanais. Esta situação extrapola os normativos legais e, do ponto de vista teórico, configura uma escala de serviço exaustiva, passível de acarretar riscos operacionais e pessoais, sobretudo para os motoristas de viaturas policiais, obrigados a conduzir durante 24 horas seguidas.

Este fator revela-se particularmente desafiante para os Comandantes e Chefes de Operações de Esquadras e Municipais, que enfrentam uma rotina laboral profundamente exigente. Para o cumprimento dos seus deveres, comparecem no local de trabalho antes das 08h00 e saem após as 21h00, de segunda-feira a domingo, sem dias de folga. Trata-se de um regime que, para além de ser exaustivo, impossibilita o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, afastando-se do estipulado na NEP da PNA/2020, que determina que "os horários e turnos de serviço devem conciliar o dever da garantia de segurança pública com o bem-estar profissional, familiar, social, físico e motivacional do efetivo".

A conjugação destes fatores evidencia a premência de uma abordagem holística na gestão das forças policiais. Investir na saúde mental e física dos agentes, proporcionar condições de trabalho adequadas e reconhecer a importância dos períodos de descanso constituem medidas com reflexo direto na qualidade do serviço prestado à sociedade. Ao promover um ambiente de trabalho saudável e equilibrado, é possível não apenas otimizar o desempenho individual dos policiais, mas também consolidar a confiança e a segurança da comunidade que servem.

2.8. Riscos Operacionais

Os profissionais de segurança enfrentam desafios constantes que, em determinadas circunstâncias, ameaçam a sua integridade física, psicológica e social. Estes riscos operacionais podem comprometer não apenas o desempenho dos agentes, mas também a confiança pública nas instituições policiais. Conceptualizados como riscos laborais, constituem fatores negativos suscetíveis de causar danos aos trabalhadores, aos seus equipamentos e aos ambientes de trabalho (Areosa, 2010).

O efetivo policial, particularmente os patrulheiros, está frequentemente exposto a situações de alta periculosidade, como confrontos armados, agressões, acidentes viários e ambientes hostis, com potencial para causar ferimentos – ligeiros ou graves – ou mesmo a morte (Sousa et al., 2021; Brito, 2017). Para além da violência inerente ao contexto operacional, os polícias estão ainda vulneráveis a problemas de saúde de natureza psicológica, física, biológica, química ou ergonómica, resultantes do meio, da organização do trabalho, dos equipamentos utilizados, de fatores naturais, sociais, tecnológicos ou individuais (Areosa, 2010). Trata-se, assim, de uma panóplia de condicionantes que afetam o estado biopsicossocial dos agentes, tornando a profissão particularmente desafiante.

A atividade policial impacta frequentemente a saúde psicológica do profissional, que lida de forma recorrente com eventos depressivos e traumáticos, exigindo-lhe um elevado autocontrolo (Gonçalves, 2011; Castanho, 2009). A exposição continuada a estas condições de elevado stresse cria um terreno fértil para o desenvolvimento da síndrome de *burnout*, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal (Jackson & Maslach, 1982). Apesar dos riscos inerentes à profissão, prevalece entre muitos agentes um sentimento de satisfação, decorrente do papel fundamental que desempenham no salvamento de vidas, na redução do perigo social e na garantia da paz.

Reconhecido como uma das profissões mais exigentes e stressantes, o trabalho policial requer não apenas competências técnicas, mas também considerável resiliência emocional. A exposição constante a situações de risco, aliada a cargas horárias extensas e, por vezes, a um suporte institucional inadequado, pode comprometer significativamente a saúde mental e física dos profissionais, com reflexos negativos no seu desempenho e na capacidade de resposta policial (Simões, 2016).

Diversos fatores contribuem para o stress ocupacional nos agentes. A exposição frequente a situações violentas, o contacto direto com a criminalidade e a necessidade de tomada de decisões rápidas sob pressão elevam os níveis de tensão, tal como a pressão por resultados e relações hierárquicas rígidas (Pereira & Souza, 2021; Bernardino & Bernardino, 2021). A este cenário somam-se a falta de reconhecimento profissional e as limitações de recursos materiais e humanos, que concorrem para um ambiente de trabalho ainda mais desafiador (Ferreira, 2009).

O stress ocupacional interfere com a estabilidade emocional do policial, reduz a sua capacidade de concentração, favorece reações impulsivas e prejudica as relações interpessoais e o desempenho profissional, tanto no trabalho como na vida pessoal (Alves & Dias, 2019). Tais consequências comprometem a eficiência operacional e aumentam o risco de desenvolvimento de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e a já mencionada síndrome de burnout (Bernardino & Bernardino, 2021; Jackson & Maslach, 1982).

Tal como qualquer organização policial, a polícia na província de Luanda não está isenta destes riscos operacionais. A realidade local é particularmente complexa, agravada pela escassez de meios logísticos, insuficiência de recursos humanos, formação contínua limitada e pela atuação em bairros com estruturas urbanas desorganizadas. Estes fatores adicionais intensificam as vulnerabilidades dos agentes no desempenho das suas funções.

Para mitigar estes efeitos, torna-se fundamental a implementação de políticas que promovam o bem-estar dos agentes. Programas de apoio psicológico, formação em competências de coping e a criação de um ambiente de trabalho mais acolhedor representam medidas essenciais (Ferreira, 2009). A valorização profissional e o reconhecimento do mérito podem igualmente atuar como fatores motivacionais, contribuindo para a redução do stress ocupacional e prevenindo situações de esgotamento profissional (Alves & Dias, 2019).

2.9 Síntese do capítulo

O presente capítulo procedeu à identificação e análise sistematizada dos principais desafios que condicionam a eficácia do patrulhamento policial no município de Luanda, constituindo-se como um eixo fundamental para a compreensão da problemática em estudo. A exposição centrou-se em seis dimensões críticas inter-relacionadas: a influência da densidade populacional e da criminalidade, os constrangimentos impostos pela estrutura urbana, as limitações em recursos humanos e materiais, a imperatividade da formação contínua, a complexa adaptação ao policiamento de proximidade e, por fim, os impactos da gestão do tempo de trabalho e dos riscos operacionais inerentes à atividade. Coletivamente, estes fatores delineiam um quadro multifacetado que explica os desafios operacionais da Polícia Nacional de Angola (PNA) na capital.

CAPITULO 3- A POLÍCIA NACIONAL DE ANGOLA

O conceito contemporâneo de polícia resulta de uma evolução histórica. A sua origem etimológica remonta ao termo grego *politeia*, que inicialmente designava a arte de governar os assuntos públicos da cidade. Posteriormente, durante a Idade Média e sob influência romana, o termo foi latinizado para *politia*, passando a significar o exercício da soberania e do poder através da ação administrativa, judicial e policial, referindo-se ao conjunto de normas para manter a ordem e o bem-estar social (Caetano, 1973; Alves, 2008; Afonso, 2018).

Do ponto de vista constitucional, o n.º 1 do artigo 210.º da Constituição da República de Angola (CRA) estabelece que “a Polícia Nacional é a instituição nacional policial, permanente, regular e apartidária, organizada na base da hierarquia e da disciplina, incumbida da proteção e asseguramento policial do País, no estrito respeito pela Constituição e pelas leis, bem como pelas convenções internacionais de que Angola seja parte” (CRA, 2010). Importa salientar que a Polícia Nacional de Angola (PNA) é o único órgão do Ministério do Interior (MININT) com poder de polícia a merecer uma menção específica na CRA.

No âmbito do sistema nacional, a PNA é um órgão do MININT com a missão de garantir a ordem pública, combater a criminalidade, assegurar a segurança interna e a tranquilidade públicas, proteger as instituições, defender os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos contra a criminalidade, bem como colaborar nas políticas de defesa nacional (Lei n.º 6/20, 2020).

Quanto à sua dependência, enquanto força de segurança, a PNA é dirigida pelo Presidente da República na qualidade de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas. Cabe ao Ministério do Interior auxiliar o Presidente na direção deste órgão (Decreto Presidencial n.º 155/19), razão pela qual ocupa uma posição hierárquica distinta face aos demais órgãos do MININT.

A PNA é considerada uma instituição policial completa, pois alia características preventivas – através de competências como o patrulhamento, a fiscalização de trânsito rodoviário e a presença ostensiva, a atribuições repressivas, nomeadamente a investigação criminal (Lei n.º 6/20, 2020). As suas competências estendem-se a todo o território nacional, abrangendo zonas fronteiriças, marítimas, fluviais, urbanas e rurais (Decreto Presidencial n.º 155/19).

Ao contrário de outros países que possuem forças policiais especializadas por domínios como a Polícia Marítima em Portugal (Polícia Marítima, 2020), a Guarda Nacional Republicana para zonas rurais (GNR, 2019), a Polícia Federal para fronteiras e portos no Brasil (Brasil, 2020) ou a Guarda Costeira nos Estados Unidos (United States Coast Guard, 2021), a PNA assume um carácter universal e integrado.

3.1. Organização e Funcionamento da Polícia Nacional de Angola

A organização e o funcionamento da PNA assentam nos princípios da hierarquia e da disciplina (CRA, 2010). Os seus fundamentos legais constam da Lei n.º 6/20, de 24 de março, que aprova a Lei de Base sobre a Organização e Funcionamento da PNA, enquanto a sua estrutura orgânica é definida pelo Decreto Presidencial n.º 152/19, que aprova o Estatuto Orgânico da Polícia Nacional.

Do ponto de vista organizacional, a PNA adota um modelo unitário e vertical, composto pelo Comando-Geral, órgãos de apoio consultivo, serviços de apoio instrumental e técnico, serviços e unidades centrais e comandos provinciais (Nogueira, 2018; Lei n.º 6/20, 2020). Os comandos provinciais e as unidades centrais destacam-se por serem as estruturas que lidam diretamente com a prevenção e repressão da criminalidade, garantindo a ordem e a segurança públicas (Decreto Presidencial n.º 152/19).

3.2. Comando Provincial de Luanda (CPL)

Cada província possui um comando provincial, dependente funcionalmente do Comandante-Geral, com uma estrutura adaptada às necessidades de segurança local. Assume as atribuições da PNA na sua jurisdição, incluindo a prevenção e repressão da criminalidade e a segurança rodoviária. É dirigido por um comandante provincial, coadjuvado por dois segundos-comandantes (Decreto Presidencial n.º 152/19).

Conforme o artigo 50.º do Estatuto Orgânico, os comandos provinciais obedecem aos seguintes níveis de comando: a) Comando Provincial; b) Comandos Municipais e Unidades Provinciais de Especialidade; c) Esquadras; d) Postos de Polícia.

O Comando Provincial de Luanda (CPL) é a estrutura que representa o Comando-Geral na província de Luanda, responsável por uma área de aproximadamente 18.817 km², com uma população estimada de 7.469.874 habitantes (Despacho n.º 044/GAB.CGPNA/2020).

Para uma atuação descentralizada, o CPL integra sete comandos municipais (Luanda, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Belas, Cacuaco, Icolo e Bengo, Quissama e Talatona), os quais, por sua vez, se desdobram em esquadras e postos policiais de acordo com a divisão administrativa (Despacho n.º 044/GAB.CGPNA/2020). Os comandos municipais exercem as suas funções em representação e subordinação ao CPL, enquanto as esquadras e postos representam os seus respetivos comandos municipais.

3.3. Comando Municipal

O comando municipal é a estrutura policial incumbida de garantir as funções policiais no município, subordinando-se diretamente ao CPL (Estatuto Orgânico do CPL, 2020). É dirigido por um comandante municipal (superintendente-chefe) e um segundo-comandante (superintendente).

Entre as suas atribuições destacam-se: prevenir e combater a criminalidade; desenvolver atividades de investigação criminal e instrução processual; fiscalizar o trânsito automóvel e executar estratégias de segurança rodoviária; e vigiar locais públicos e privados com grande concentração populacional (Despacho n.º 044/GAB.CGPNA/2020).

3.4. Esquadra e Posto Policial

As esquadras e postos policiais são as unidades locais que operacionalizam as estratégias de prevenção criminal definidas pelos comandos municipais, materializando a relação entre a polícia e a comunidade. Dependem diretamente do respetivo comando municipal e são chefiadas por um oficial superior nomeado pelo Comandante-Geral (Despacho n.º 044/GAB.CGPNA/2020).

Nos termos dos artigos 43.º e 44.º do Regulamento Orgânico do CPL, as suas competências incluem: garantir a prevenção, investigação e repressão criminal no seu território; realizar patrulhamento; receber e tratar queixas e denúncias; planear e executar operações; implementar o policiamento de proximidade; assegurar a fiscalização do trânsito; e recolher e tratar informações de interesse para a segurança pública.

A diferença principal entre esquadras e postos reside na dimensão populacional do território sob a sua jurisdição: as esquadras atuam em áreas entre 70.000 a 100.000 habitantes, enquanto os postos cobrem zonas de 30.000 a 70.000 habitantes (Despacho n.º 044/GAB.CGPNA/2020).

3.5. Situação da Criminalidade na província de Luanda no Ano de 2023

Com base o Relatório anual de segurança pública (2023), a situação de segurança pública em Angola manteve-se estável, não obstante oscilações nas estatísticas criminais. Registrou-se um total de 68.077 crimes, refletindo um aumento de 3.454 face a 2022, com uma média diária de 187 crimes. Deste total, 4.073 (6%) foram praticados com recurso a arma de fogo, representando uma redução de 2.279 casos. As tipologias criminais que mais afetam o sentimento de segurança dos cidadãos (homicídios, ofensas à integridade física, agressões sexuais, raptos, roubos, furtos e posse/consumo de drogas) corresponderam a 76% do total de crimes registados a nível nacional.

As ações de investigação criminal resultaram na detenção de 142.751 indivíduos, dos quais 47.806 por crimes diversos e 94.945 por infrações fronteiriças. A taxa de criminalidade nacional situou-se em 199,67 crimes por 100.000 habitantes. Na província de Luanda, registaram-se 21.729 crimes (-396), tendo sido detidos 15.780 indivíduos (+1.844), incluindo 141 da PNA, 58 das Forças Armadas Angolanas, 250 de empresas de segurança e 24 estrangeiros. (Relatório anual de segurança pública, 2023). Apesar do aumento ligeiro das estatísticas da criminalidade nacional, e redução nas estatísticas de Luanda, a PNA considera a situação criminal estável, embora reconheça a necessidade de reduzir o sentimento de insegurança dos cidadãos. Preocupa, contudo, o crescimento do número de agentes de segurança envolvidos em atividades criminosas, o que exige um plano específico de prevenção e combate, dado o seu impacto negativo na perceção de segurança.

3.6. Policiamento de Proximidade

O policiamento de proximidade em Angola surgiu na agenda das políticas de segurança pública em 2009, com a Diretiva n.º 002/GAB.CGPN/2009, que visou a sua implementação experimental na Centralidade do Kilamba, município de Belas, em Luanda.

A fase piloto demonstrou a viabilidade do modelo, mas também a necessidade de reformas estruturais e funcionais nas unidades de base, formação de efetivos, aquisição de meios e definição de quadros. Em 2019, surgiu o projeto “Nossa Esquadra” (Despacho n.º 009/GAB.CGPN/2019), concebido para superar as limitações da diretiva inicial.

Este projeto visou melhorar a qualidade do policiamento, otimizar o atendimento ao público, suprir carências de efetivos e recursos, fortalecer a confiança dos cidadãos e aprimorar

a capacitação técnica. Antes da sua implementação, os efetivos selecionados receberam uma formação de três meses em matérias como direito policial, táticas de segurança, relações humanas, tecnologias de informação e ética profissional.

Na sua primeira fase, em junho de 2019, o projeto foi implementado em quatro esquadras de Luanda: a 1.^a Esquadra da Ilha de Luanda (relevância turística e política), a 44.^a Esquadra de Viana (elevada criminalidade), e a 51.^a e 52.^a Esquadras do Kilamba (potencial de melhoria da imagem institucional). Os resultados positivos permitiram a sua expansão nacional.

A operacionalização do projeto envolveu programas específicos de prevenção, como “Comunidade em Segurança”, “Táxi em Segurança”, “Escola Segura”, “Apoio à Vítima” e “Comércio Seguro”. Em 2023, apenas na província de Luanda, a PNA realizou 14.970 ações de proximidade, incluindo 8.813 patrulhamentos porta a porta, 880 ações em escolas e 1.757 contactos com comerciantes, que permitiram recolher 1.888 informações de carácter policial (CPL, 2023). Números que representam passos significativos na expansão deste projeto.

Contudo, a implementação do projeto tem enfrentado desafios práticos e estruturais como, a falta de recursos humanos e materiais adequados, resistência cultural dentro das unidades policiais, limitações na formação específica sobre policiamento comunitário, fragilidades na avaliação de impacto e indicadores de desempenho.

3.7 Síntese do capítulo e enquadramento analítico

A análise desenvolvida neste capítulo demonstra que a estrutura organizacional da PNA, embora funcional e disciplinada, carece de maior flexibilidade e descentralização para responder aos desafios urbanos contemporâneos. O patrulhamento eficaz depende da articulação entre hierarquia, planeamento e autonomia local, enquanto a prevenção criminal exige integração entre polícia, comunidade e políticas públicas.

Comparativamente, as melhores práticas internacionais reforçam a importância da transparência, formação e tecnologia como pilares de uma gestão policial moderna. Assim, a modernização da PNA deve passar por uma reforma estrutural gradual, que promova liderança participativa, inovação tecnológica e valorização profissional, assegurando um modelo de policiamento preventivo, humano e próximo do cidadão.

CAPITULO 4- METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

4.1. Classificação da Pesquisa

No âmbito das opções metodológicas, quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa assume caráter quantitativo e qualitativo. Conforme referem Silva e Menezes (2005), ambos os tipos de abordagem podem ser aplicados simultaneamente. A abordagem qualitativa foi utilizada na recolha, análise e interpretação dos dados bibliográficos e documentais, bem como na análise da entrevista realizada. Já a abordagem quantitativa foi empregue para traduzir em números as opiniões e informações obtidas através dos inquéritos, posteriormente classificados e representados por meio de técnicas estatísticas, com recurso ao Microsoft Excel.

De acordo com os seus objetivos, a pesquisa é de natureza descritiva. Segundo Kauark *et al.* (2010, p. 28), a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenómeno, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados”. Assim, recorreu-se a bibliografia e documentos pertinentes ao fenómeno em estudo para compor a abordagem teórica, bem como para descrever e explorar os resultados das entrevistas, analisados à luz do método de análise de conteúdo.

4.2. Método

Quanto ao método, a investigação baseou-se no método hipotético-dedutivo, que, segundo Aragão e Neto (2017, p. 34), “surge do problema e da conjectura, que serão testados pela observação e experimentação (...) o seu uso permite identificar os erros da hipótese para posterior correção”. Neste contexto, foram analisados os desafios do patrulhamento policial em termos gerais e, posteriormente, a sua especificidade no município de Luanda. Através de uma triangulação entre a perceção teórica obtida das fontes bibliográficas, a interpretação dos dados recolhidos (entrevista e questionário) e a análise dos objetivos da pesquisa, foi possível verificar se as hipóteses formuladas foram confirmadas ou refutadas.

Paralelamente, considerou-se o método estatístico, conforme Marconi e Lakatos (2003), que permitiu quantificar as opiniões e informações obtidas. Assim, os dados recolhidos por meio dos inquéritos e relatórios foram tratados e representados graficamente.

4.3. Técnicas de recolha de dados

No que respeita aos procedimentos técnicos, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica permitiu compreender as abordagens existentes sobre a problemática em estudo, enquanto a pesquisa documental apoiou-se em relatórios, despachos, jornais, normas de execução permanentes e legislações relacionadas com a temática. Parte desses documentos foi consultada em formato físico e outra parte obtida através de pesquisa eletrónica (Gil, 2022).

Foram igualmente utilizadas as técnicas de entrevista e questionário. A entrevista é definida como uma “técnica de recolha de dados em profundidade e em que se privilegia a qualidade da informação, valendo as respostas de cada indivíduo por si mesmas” (Santo, 2015, p. 33). Essa técnica foi aplicada ao Comandante Municipal da PNA em Luanda, através de perguntas abertas elaboradas com o auxílio da ferramenta *Google Forms*, com o objetivo de recolher informações sobre os desafios da prevenção criminal mediante o patrulhamento policial no seu território operacional, sem necessidade de deslocação ou presença física do investigador. Embora apenas uma entrevista tenha sido realizada, o seu contributo foi essencial para contextualizar as respostas dos inquiridos dentro da lógica organizacional da PNA.

Com a mesma ferramenta (*Google Forms*), aplicou-se o questionário, definido como “um conjunto de perguntas dirigidas, que pode ser enviado ao respondente com prazo certo de devolução ao coordenador da pesquisa” (Aragão & Neto, 2017, p. 36). O instrumento foi composto por perguntas fechadas, tendo como objetivo recolher as opiniões dos agentes da PNA no município de Luanda que exercem funções de patrulhamento.

4.4. Caracterização da População e Amostra

Tabela 1: População e Amostra

CATEGORIA	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%	TÉCNICA
Comandante Municipal	01	01	100%	Entrevista
Efetivo	3.599	220	6,11%	Questionário

Fonte: Autor

Segundo Pange (s.d., p. 74), a “população é um grupo de pessoas ou elementos que têm pelo menos uma característica em comum”. Assim, a população desta pesquisa é composta por 3.599 efetivos do Comando Municipal de Luanda.

Conforme Gil (2008), a amostra corresponde a um subconjunto da população. Para a sua seleção, foi utilizado o critério de amostragem não probabilística intencional, uma vez que interessava apenas incluir elementos com experiência relevante sobre o objeto de estudo (o patrulhamento policial). Desta forma, foram selecionados 220 efetivos do Comando Municipal de Luanda, que desempenham atividades de vigilância e patrulhamento, correspondendo a um erro amostral moderado de 6,40%. Para a técnica de entrevista, foi selecionado o Comandante Municipal de Luanda.

CAPITULO 5- OBJETO DE ESTUDO

5.1. Caracterização do Município de Luanda



Figura: 1

O Município de Luanda é o município sede da província de Luanda, está localizado a oeste da província capital. De acordo aso pontos cardiais, está limitado a oeste pelo oceano atlântico, a este pelo município do Cazenga e Kilamba Kiaxi, a sul pelo município do Talatona e a norte pelo município de Cacuaco (Lei 18/16 de 17 de outubro).

O município em análise ocupa uma extensão territorial de 82.4 km², com uma constituição de 7 distritos urbanos (Sambizanga, Mainga, Rangel, Samba, Ingombota, Ngola Kiluange e Neves Bendinha) e um total de 48 bairros, com uma densidade populacional de 2,9 milhões de habitantes distribuídos (Lei 18/16 de 17 de outubro).

Os habitantes do município de Luanda são na sua maioria, de origem bantu, principalmente Umbundu, Ovimbundu e Bakongo. A língua mais falada em Luanda é o português, que é também a língua oficial do país, sendo ainda faladas várias línguas do grupo Bantu, principalmente o Kimbundu (CPL, 2023).

Luanda, é o município sede da capital do país, marcado pelo seu impacto económico, político e social do país. Os vultosos investimentos, nacionais ou em parceria com financiadores

internacionais privados e institucionais, particularmente na área da construção civil e das telecomunicações, fazem do município uma metrópole em crescimento acelerado, com sofisticados edifícios residenciais e de escritórios, mas também é constituído maior parte por bairros suburbanos (bairros com infra estruturas desorganizadas). É o principal centro financeiro, e económico do país.

A sua importância destaca-se por nele estar sediado as principais infraestruturas funcionais do aparelho do Estado, maiores empresas, delegações e subsidiárias de várias multinacionais. O porto de Luanda, localizado na baía de Luanda, é o principal porto do país, o qual tem movimentado maior parte das importações e exportações do país.

5.2 Comando Municipal de Luanda

O Comando municipal de Luanda é a instituição policial local responsável em garantir a prestação dos serviços policial no município de Luanda. Esta unidade local responde diretamente ao Comando Provincial de Luanda. Geograficamente a sede desta estrutura policial está localizada no distrito urbano do Rangel, bairro Nelito Soares. É a principal força de segurança pública a nível do município.

Para que os serviços policiais sejam acessível a todos os munícipes, este comando municipal descentraliza os serviços policiais em 21 esquadras e 01 posto policial situados em diferentes bairros do município em destaque, nomeadamente: Esquadra do **Bairro Operário**, Esquadra do **Rangel**, Esquadra do **Neves Bendinha** Esquadra do **Patrice Lumumba**, Esquadra da **Camuxiba**, Esquadra do **Catinton**, Esquadra da **Lixeira**, Esquadra **Morro Bento**, Esquadra da **Madeira**, Esquadra do **Prenda**, Esquadra da **Ilha do Cabo**, Esquadra do **Bairro Huambo**, Esquadra da **Terra nova**, Esquadra da **Vila Alice**, Esquadra do **Barro Militar**, Esquadra dos **Catotes**, Esquadra da **Boa vista** , Esquadra do **Kina-xixi**, Esquadra do **Maculusso**, Esquadra do **Farol das Lagostas**, Esquadra do **São Pedro da Barra** e o Posto Policial da Terra vermelha (Memorando do CML, 2023).

Em média, as esquadras do município de Luanda abrangem territórios operacionais com uma população estimada em, pelo menos, 100.000 habitantes. Em contraste, o Posto Policial da Terra Vermelha tem sob a sua responsabilidade uma área que compreende aproximadamente 70.000 habitantes.

5.3 Situação criminal no município de Luanda

A análise dos dados do Comando Provincial de Luanda do ano 2023, revela uma evolução positiva na criminalidade no município em 2023, com o registo de 5362 crimes, refletindo uma redução de 712 ocorrências face a 2022. Esta quebra, traduzindo uma média de cerca de 446 crimes mensais, sugere uma eficácia preliminar nas estratégias de prevenção e policiamento. Contudo, a natureza dos crimes cometidos atenua este otimismo. Os 72 homicídios voluntários, 119 abusos sexuais e 952 roubos ilustram a persistência de uma criminalidade violenta que corrói diretamente o sentimento de segurança e a integridade física dos cidadãos, lembrando que por detrás dos números existem traumas e vidas profundamente afetadas (CPL, 2023).

A detenção de 3768 indivíduos, embora demonstrando uma resposta operacional, não pode ser dissociada de uma leitura crítica sobre os fatores socioeconómicos subjacentes. A redução global é um indicador encorajador, mas a perceção de segurança pública será plenamente restaurada apenas quando for travada a incidência de crimes contra as pessoas. O desafio permanece em transformar a melhoria estatística numa experiência quotidiana de maior tranquilidade para a população, humanizando, assim, os resultados das políticas de segurança.

CAPITULO 6- APRESENTAÇÃO ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 Caracterização dos inquiridos

A análise demográfica dos inquiridos, com base nos dados recolhidos através de questionário, revela que a maioria (51%) se situa na faixa etária dos 25 aos 35 anos. Segue-se o grupo dos 36 aos 45 anos, que representa 37% da amostra. Esta distribuição etária indica um corpo profissional maioritariamente jovem, mas com experiência considerável no trabalho operacional policial. A predominância destas faixas etárias sugere um perfil de inquiridos com maturidade profissional, capaz de fornecer respostas fundamentadas no conhecimento prático acumulado.

As faixas etárias minoritárias complementam este perfil. Os inquiridos com mais de 45 anos constituem 7% da amostra, uma percentagem reduzida que pode refletir a menor presença de profissionais desta idade no patrulhamento operacional. Por sua vez, o grupo com menos de 25 anos (6%) representa os elementos mais recentemente integrados na instituição. Embora a sua menor experiência possa condicionar algumas perspetivas, a sua participação no inquérito mantém-se relevante para a compreensão global do universo em estudo.

Tabela 2: Idade dos inquiridos

Idade	Número de resposta	%
Menos de 25 anos	13	6%
25 a 35 anos	110	50%
36 a 45 anos	82	37%
Mais de 45 anos	15	7%
Total	220	100%

Fonte: baseado nos inquéritos

Quanto ao género dos inquiridos, constatou-se que o género com maior representação é o género masculino, representando 61% enquanto o género feminino aparece com uma

representação de 39%. Estes resultados refletem que atividade do patrulhamento policial no território em análise é exercida maioritariamente por homens. Apesar da representação feminina ser menor que a masculina, 39% é um número significativo no padrão das instituições de segurança pública. Por outro lado, a presença feminina, pode influenciar positivamente na resolução de conflitos sensíveis, especificamente em abordagens que envolvem mulheres e crianças, e reforça a necessidade de promover a igualdade do género nas forças policiais. Portanto, a re penetração significativa de ambos os géneros nos inquéritos garante não só a responsabilidade nas respostas, mas também, um equilíbrios na sensibilidade das respostas, o que vai garantir uma visão completa sobre as questões em análise.

Tabela 3: Género dos inquiridos

Género	Número de resposta	%
Masculino	135	61%
Feminino	85	39%
Total	220	100%

Fonte: baseado nos Inquéritos

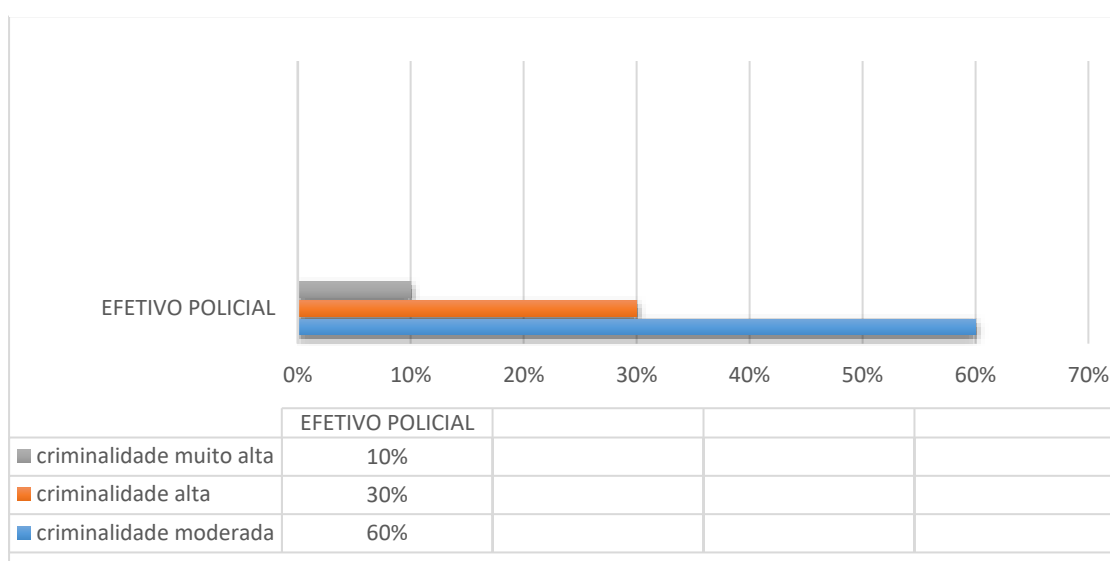
Relativamente ao nível académico da amostra, a maioria do efetivo policial inquirido (40%) possui o ensino médio concluído, seguindo-se os que não concluíram o ensino superior (40%). Os inquiridos com ensino superior completo representam 13%, enquanto 7% possuem apenas o ensino de base. Estes dados revelam uma progressiva valorização da formação académica na Polícia Nacional em Luanda. A predominância de agentes com ensino médio e superior confere um nível satisfatório de literacia e capacidade crítica, o que aumenta a credibilidade das respostas ao inquérito.

O nível académico influencia o desempenho profissional, nomeadamente na tomada de decisão e na aplicação de uma abordagem policial preventiva, mediadora e humanista durante o patrulhamento. Contudo, os 7% com apenas o ensino de base constituem um grupo potencialmente vulnerável em termos de compreensão de normas e procedimentos, o que pode comprometer tanto o preenchimento do inquérito como a execução de tarefas mais complexas no terreno.

6.2 Apresentação e discussão dos resultados dos inquéritos

No que respeita à caracterização dos postos, 67% dos inquiridos são Agentes, 30% Subchefes e 3% Oficiais. Esta distribuição demonstra a predominância da atividade operacional, exercida maioritariamente pelos Agentes e Subchefes. Este cenário está em conformidade com o Estatuto de Progressão na Carreira da PNA, que estabelece que o efetivo destas classes são os principais executores das operações, enquanto a classe de Oficial assume predominantemente funções de chefia.

Gráfico- nº 1- Análise da perceção do nível de criminalidade



Fonte: baseado nos inquéritos

É fundamental compreender a perceção do nível de criminalidade no município em análise, uma vez que este fator foi identificado, na parte teórica deste trabalho, como um dos principais desafios do patrulhamento. Assim, a análise incidiu sobre a perceção subjetiva da criminalidade por parte do efetivo policial, em articulação com os dados do Relatório de Segurança Pública do município de Luanda, que refletem a criminalidade registada (criminalidade objetiva).

Com base no inquérito aplicado ao efetivo policial que exerce funções de patrulhamento, constatou-se que 60% dos inquiridos consideram o nível de criminalidade no município como moderado, 30% percebem-no como elevado e 10% classificam-no como muito elevado.

Contudo, ao confrontar esses resultados com os dados do Relatório Anual do CPL (2023), observa-se que foram registados 5.362 crimes, correspondendo a uma redução de 712 ocorrências face ao ano anterior. Este dado revela uma diminuição da criminalidade, o que, à primeira vista, poderia ser interpretado como um indicador de sucesso operacional e de melhoria da segurança pública em Luanda. No entanto, a perceção de 40% dos inquiridos (que consideram a criminalidade alta ou muito alta) convida a uma reflexão mais aprofundada, para além dos números, exigindo uma análise qualitativa da realidade vivida no terreno.

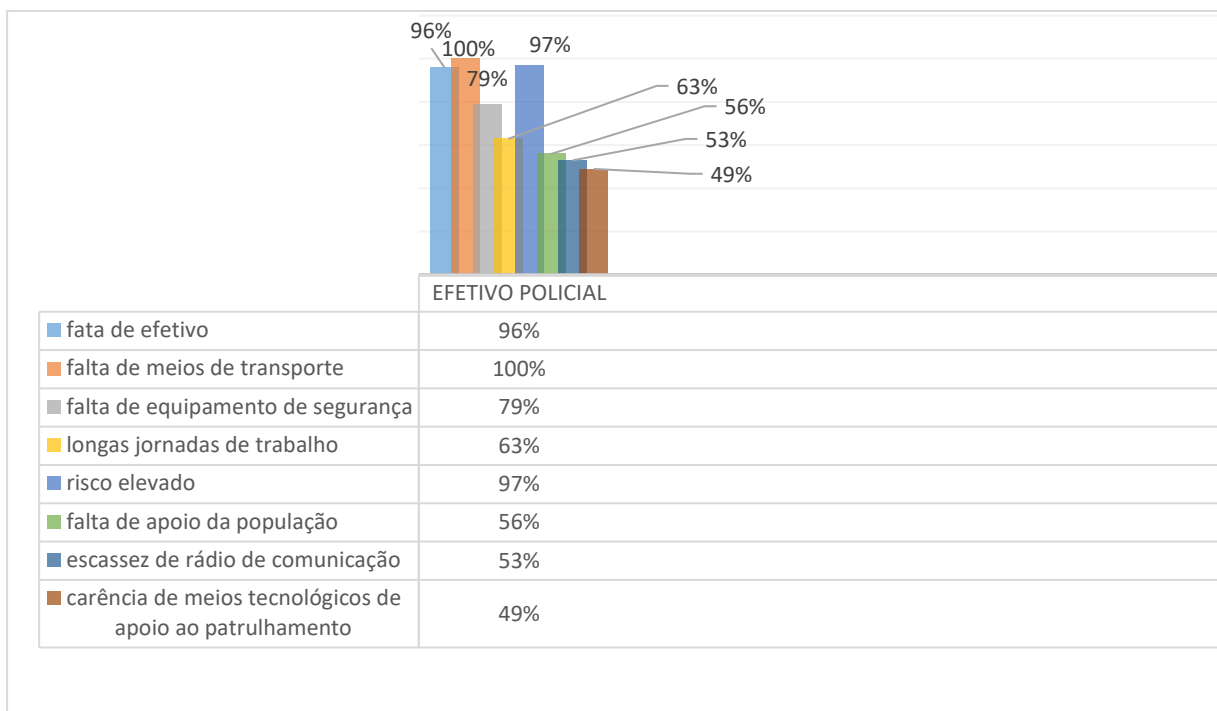
A perceção de insegurança por parte dos agentes da ordem evidencia um descompasso entre os indicadores estatísticos e a realidade experienciada no quotidiano das operações. Mesmo perante a diminuição dos índices criminais, o sentimento de vulnerabilidade permanece entre os efetivos de patrulhamento, que funcionam como verdadeiros sensores do ambiente urbano de segurança. Essa perceção pode estar associada à existência das chamadas cifras negras (crimes não denunciados nem conhecidos pela polícia) e cifras cinzentas (crimes conhecidos, mas não formalmente registados), as quais distorcem a compreensão da real dimensão da criminalidade. Além disso, a redução nos homicídios voluntários, destacada pelo comandante, pode ocultar o aumento de outras tipologias criminais.

Este cenário torna-se ainda mais relevante quando relacionado com a entrevista concedida pelo Comandante Municipal de Luanda, que apontou a diminuição dos homicídios voluntários, sobretudo os resultantes de confrontos entre grupos, reconhecendo, contudo, a inexistência de políticas públicas preventivas eficazes voltadas à delinquência juvenil como o principal obstáculo à consolidação dessa tendência.

Tal fenómeno pode ser interpretado à luz da Teoria das Janelas Partidas (Broken Windows), proposta por Wilson e Kelling (1982), segundo a qual a perceção de desordem e incivilidade, mesmo em contextos de queda nos índices criminais, gera um clima de insegurança e medo coletivo. A teoria sustenta que ambientes degradados, como ruas mal iluminadas, lixo acumulado e ausência de espaços públicos seguros, criam condições favoráveis ao aumento da criminalidade e ao enfraquecimento da confiança social. Esta leitura ajuda a compreender a disparidade entre os indicadores oficiais e a perceção dos profissionais no terreno. Em Luanda, a ausência de políticas públicas estruturantes e preventivas, especialmente direcionadas à juventude em situação de vulnerabilidade, pode ser entendida como a “janela partida” que, se ignorada, perpetua a delinquência urbana.

Mais do que combater o crime, o patrulhamento policial em Luanda enfrenta o desafio de restaurar a confiança social. Embora as estatísticas indiquem uma redução da criminalidade, a ausência de políticas sociais eficazes é visível para aqueles que diariamente percorrem as ruas da cidade. A paz estatística não reflete necessariamente a realidade dos bairros onde o abandono se tornou rotina e onde uma janela partida não simboliza apenas um vidro quebrado, mas a própria ausência do Estado.

Gráfico nº2 - Análise da percepção das principais dificuldades enfrentadas na realização do patrulhamento em Luanda



Fonte: baseado nos inquéritos

Para aferir as principais dificuldades no patrulhamento policial, formulou-se a seguinte questão no inquérito: “Quais são os principais desafios que enfrentam durante o patrulhamento?”. Tratando-se de um questionário de perguntas fechadas, foram sugeridas várias opções de resposta, permitindo que os inquiridos assinalassem mais do que uma. Os resultados obtidos revelam que 96% dos agentes referem a falta de efetivo como uma das principais dificuldades, 100% apontam a carência de meios de transporte, 79% referem a insuficiência de equipamento de segurança e 63% mencionam as longas jornadas de trabalho. Adicionalmente, 97% destacam o risco elevado inerente à função – incluindo confrontos, stresse laboral, traumas psicológicos, ferimentos, doença e morte –, 56% assinalam a falta de

apoio da população, 53% referem a escassez de rádios de comunicação e 49% apontam a carência de meios tecnológicos de apoio ao patrulhamento.

Estes dados evidenciam um conjunto de limitações que, em conjunto, refletem não apenas a precariedade estrutural do sistema de patrulhamento, mas também a vulnerabilidade operacional e humana dos agentes no cumprimento da sua missão. A unanimidade (100%) quanto à falta de meios de transporte reflete uma fragilidade logística grave, com impacto direto na capacidade de resposta policial e na visibilidade das patrulhas, elemento fundamental para uma estratégia de policiamento preventivo e de proximidade. O comandante municipal, em entrevista, corroborou esta percepção ao admitir a necessidade de, pelo menos, mais dez viaturas operacionais.

No que se refere ao risco elevado reportado pelos inquiridos – que inclui confrontos, stresse laboral, traumas psicológicos, ferimentos e morte –, os resultados são particularmente alarmantes. Estes não só confirmam os impactos diretos da exposição constante a cenários de violência, como sugerem a ausência de mecanismos institucionais de proteção, tanto física como psicológica, dirigidos aos agentes. Tal vulnerabilidade é agravada pela escassez de equipamentos de segurança (79%) e pela carência de recursos tecnológicos (49%), configurando aquilo que se pode designar por uma linha de frente desprotegida face a ameaças cada vez mais complexas.

A falta de efetivo, assinalada por 96% dos inquiridos, contrasta com a visão institucional expressa pelo comandante, que afirmou dispor de recursos humanos suficientes. Esta dissonância entre a percepção da base operacional e a visão do comando sugere a necessidade de reavaliar a distribuição e a carga horária do pessoal. A mera quantidade de agentes não se traduz, por si só, em eficácia, sobretudo quando estes se encontram mal distribuídos ou sobrecarregados. As longas jornadas de trabalho (63%), associadas a insuficientes períodos de descanso e formação contínua, comprometem a qualidade do serviço e a saúde física e mental dos profissionais.

Outro aspeto relevante prende-se com a falta de apoio da população (56%), que enfraquece os laços comunitários e mina os princípios do policiamento de proximidade. A desconfiança mútua entre cidadãos e polícia tende a aprofundar a cultura do medo, do silêncio e da impunidade, fomentando o crescimento das designadas “cifras negras” (crimes não reportados), que permanecem fora dos registos oficiais (Zaluar, 2004). Neste contexto, importa ainda considerar

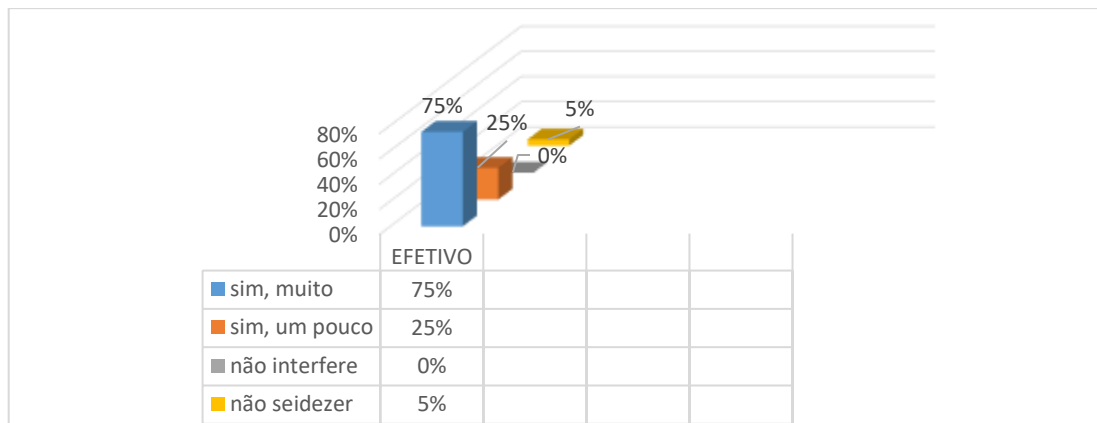
as “cifras cinzentas”, que abrangem os crimes reportados mas não devidamente investigados ou processados, distorcendo a real dimensão da criminalidade e comprometendo a formulação de políticas públicas adequadas.

A análise dialoga com a Teoria da Desorganização Social, que defende que a criminalidade se intensifica em contextos onde as instituições sociais – como a família, a escola e a polícia – se mostram frágeis ou disfuncionais (Shaw & McKay, 1942). A precariedade do patrulhamento, expressa na carência de recursos humanos, materiais e tecnológicos, compromete o papel da polícia como instituição de coesão social, agravando o sentimento de insegurança e a proliferação do crime. Esta perspectiva alinha-se não apenas com as respostas do inquérito, mas também com a declaração do Comandante Municipal, que referiu uma diminuição dos homicídios voluntários, mas a persistência de rixas entre grupos juvenis devido à ausência de políticas públicas de prevenção da delinquência.

Por sua vez, a abordagem da governança da segurança pública, segundo Bayley e Shearing (2001), exige que o Estado promova um modelo híbrido, cooperativo e eficiente de gestão dos recursos de segurança, superando o paradigma meramente reativo e autoritário. Tal implica não apenas o reforço da infraestrutura policial, mas também o investimento na capacitação, proteção e valorização humana dos agentes de patrulhamento, enquanto sujeitos estratégicos na prevenção criminal.

Em síntese, a realidade do patrulhamento policial no município de Luanda não se resume a uma questão numérica ou material. Configura, antes, uma crise estrutural complexa, na qual a vulnerabilidade institucional se entrelaça com a vulnerabilidade humana dos seus agentes, criando um cenário em que quem protege carece, igualmente, de proteção. Superar estes desafios exige, portanto, um olhar estratégico, integrado e participativo sobre a segurança pública.

Gráfico nº3 Análise sobre dificuldade da estrutura urbana de Luanda no patrulhamento



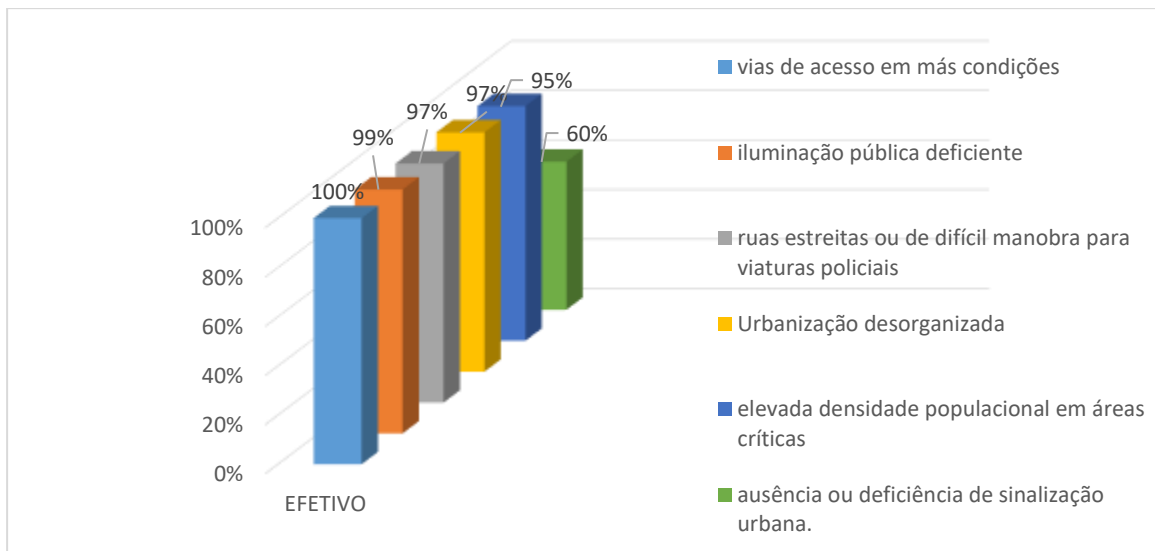
Fonte: baseada nos inquéritos

Os inquiridos foram questionados sobre se a estrutura urbana do município em análise dificulta o patrulhamento. Dos participantes, 75% indicaram que "dificulta muito", 20% responderam que "dificulta um pouco" e 5% afirmaram "não saber". Estes resultados revelam uma perceção maioritariamente consensual, com apenas uma ligeira disparidade de 5%.

A visão predominante está alinhada com a declaração do Comandante municipal, que referiu que “a grande dificuldade está na arquitetura urbana, que aumenta significativamente as oportunidades de sucesso do crime”. Esta perspetiva é corroborada por João e Consta (2022), ao afirmarem que a estrutura urbanística influencia a eficácia do patrulhamento policial, exigindo, por vezes, uma presença policial mais intensa (Machado, 2011).

Conclui-se, assim, que o espaço urbano não é neutro, podendo atuar como facilitador silencioso da criminalidade e prejudicando a ação policial em Luanda. Torna-se, portanto, urgente integrar políticas de segurança e urbanismo, uma vez que um planeamento cidadão inadequado compromete a ordem pública e a segurança dos próprios agentes. A postura policial deve adotar um caráter preventivo, adaptado às sensibilidades sociais e com participação comunitária. Adicionalmente, é crucial que as autoridades locais e centrais implementem políticas que promovam a reestruturação do desenho urbano, orientadas para a prevenção criminal no município.

Gráfico n°4 Análise sobre os fatores condicionantes da estrutura urbana no patrulhamento urbano



Fonte: baseado nos inquéritos

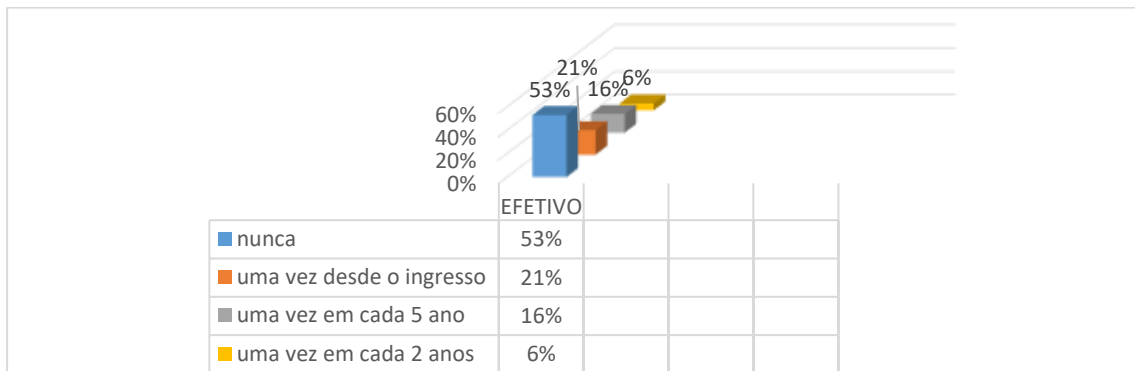
Para analisar os fatores condicionantes da estrutura urbana em Luanda, formulou-se a seguinte questão: quais dos fatores relacionados com a estrutura urbana dificultam a execução eficaz do patrulhamento operacional? Os inquiridos podiam selecionar mais de uma opção. Os resultados obtidos foram os seguintes: 100% dos participantes referiram vias de acesso em más condições (buracos, falta de pavimentação); 99% assinalaram iluminação pública deficiente; 97% mencionaram ruas estreitas ou de difícil manobra para viaturas policiais; 97% apontaram urbanização desorganizada (bairros informais, áreas sem planeamento); 95% indicaram elevada densidade populacional em áreas críticas; e 60% referiram ausência ou deficiência de sinalização urbana.

Este cenário reflete uma situação crítica no ambiente urbano do município de Luanda, alinhada com os pressupostos da Teoria da Prevenção do Crime pelo *Design Ambiental* (CPTED), que postula que a configuração física do espaço influencia diretamente a dinâmica criminal e a eficácia da ação policial (Jeffery, 1971; Newman, 1972). De acordo com esta perspetiva, ambientes caracterizados por ruas estreitas, becos, iluminação deficiente e construções desordenadas ampliam os riscos operacionais e criam zonas de vulnerabilidade, onde o policiamento se torna ineficaz e o crime encontra condições favoráveis para a sua proliferação.

Em síntese, a situação analisada representa um elevado desafio para as instituições responsáveis pela segurança pública, uma vez que a superação destes obstáculos não está integralmente sob a sua alçada. É fundamental que as políticas públicas de segurança e de

urbanismo estejam alinhadas, de modo a que uma facilite a concretização da outra (Tavares, 2021). Na ausência deste alinhamento, a segurança será encarada como um estado meramente desejável, mas nunca alcançável. Assim, impõe-se uma intervenção governamental multissetorial, que considere a segurança pública numa perspetiva integrada, condição essencial para potenciar os efeitos do policiamento preventivo. Deste modo, face aos constrangimentos identificados, torna-se particularmente desafiante atingir a eficiência e a eficácia do patrulhamento policial em Luanda.

Gráfico nº5 Análise da perceção da frequência em ações de formação contínua ou reciclagem



Fonte: baseado nos inquéritos

A formação contínua influencia significativamente a eficácia do patrulhamento policial. Para avaliar esta dimensão, inquiriu-se sobre a frequência com que os agentes da unidade em estudo participam em ações de formação. Os resultados obtidos revelam que 53% dos inquiridos nunca participaram em formação contínua, 21% participaram apenas uma vez desde o ingresso na corporação, 16% referiram uma participação a cada cinco anos, 6% formam-se anualmente e 4% participaram uma vez a cada dois anos.

A percentagem de 21% que reportou ter frequentado formação apenas uma vez está provavelmente associada ao efetivo que integrou, em 2019, a experiência de implementação do policiamento de proximidade em esquadras selecionadas, no âmbito do projeto “A Nossa Esquadra” (Descrição do Projeto “A Nossa Esquadra”, 2019), conforme referido no capítulo três desta investigação. Desde então, estes elementos não voltaram a usufruir de qualquer ação formativa.

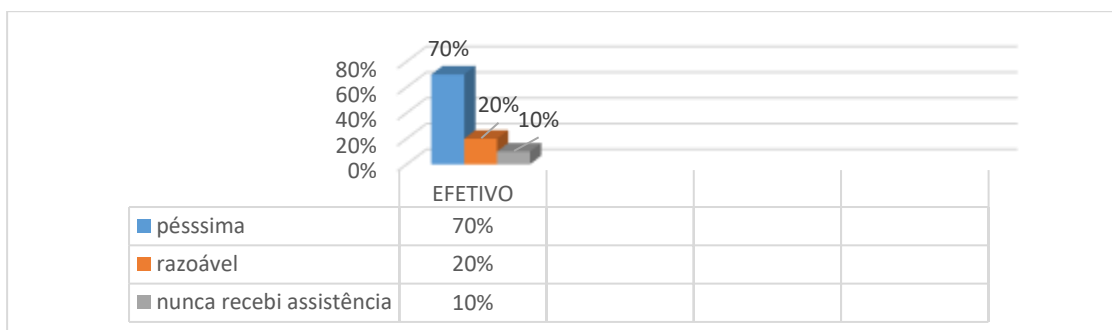
A elevada percentagem de inquiridos que nunca acederam a este tipo de formação (53%) expõe uma fragilidade estrutural com impacto direto na qualidade do patrulhamento, na capacidade de resposta perante situações de risco e na própria segurança dos agentes no exercício das funções.

Em entrevista, o comandante municipal demonstrou estar ciente da existência de um plano anual de formação contínua. No entanto, salientou que a sua operacionalização depende, em grande medida, da iniciativa de cada comandante de esquadra, de acordo com as diretrizes superiores. Este aspeto, embora frequentemente negligenciado, é crucial: a descentralização da formação, sem mecanismos de monitorização adequados, pode gerar assimetrias na capacitação, beneficiando sobretudo os quadros com funções de liderança.

A teoria da Policiabilidade, de David Bayley (1994), sustenta que a eficácia policial não depende apenas das estratégias definidas, mas também da preparação técnica e intelectual do efetivo. A negligência na formação contínua cria uma discrepância entre as expectativas institucionais e a realidade operacional, o que pode diminuir a moral dos agentes e aumentar a sua exposição a riscos.

Os dados analisados representam, assim, um alerta claro: a carência de formação contínua constitui um obstáculo real à modernização policial e à construção de um serviço mais próximo, seguro e capacitado. Impõe-se, por isso, que os comandantes de esquadra assumam um papel mais ativo e proactivo neste domínio, promovendo uma cultura organizacional que valorize o conhecimento e o desenvolvimento permanente.

Gráfico nº 6 Perceção da qualidade da intervenção do Comando municipal de Luanda as vítimas de riscos operacionais durante o patrulhamento.



Fonte: baseada nos inquéritos

Na avaliação da qualidade da assistência prestada pelo Comando Municipal de Luanda a agentes vítimas de riscos operacionais, os resultados obtidos revelam que 70% dos inquiridos a consideram "péssima", 20% "razoável" e 10% afirmaram não ter recebido qualquer tipo de apoio. Estes dados tornam-se particularmente preocupantes quando contextualizados na realidade da Polícia Nacional de Angola, cujos agentes enfrentam diariamente riscos elevados, forte pressão emocional e condições de trabalho adversas. A ausência de um suporte institucional eficaz nestas circunstâncias ultrapassa o desgaste físico e emocional, minando a confiança dos profissionais na estrutura que deveria protegê-los.

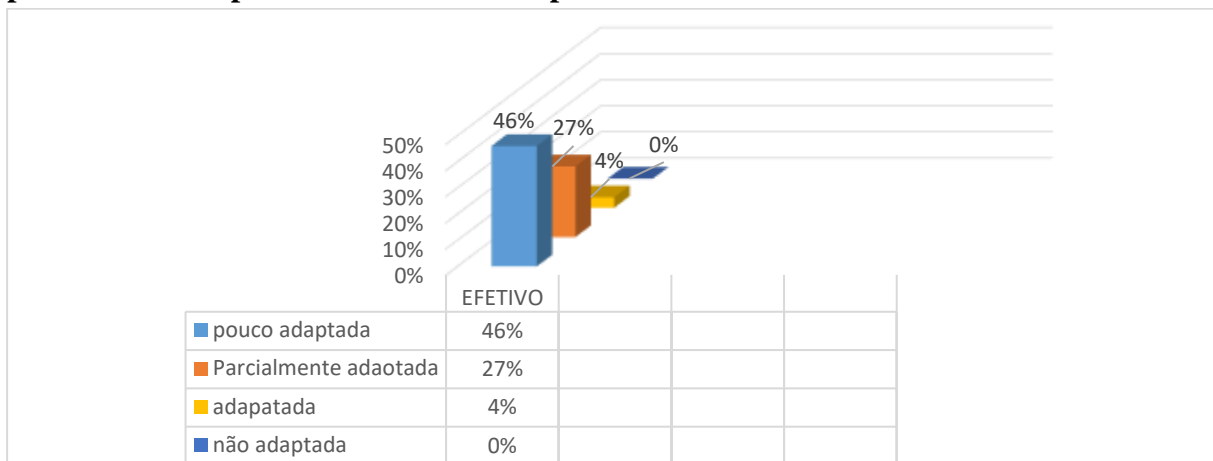
Em contraste com estes resultados, o Comandante Municipal apresentou, numa entrevista, uma visão mais operacional da realidade. Referiu a existência de mecanismos específicos para situações de risco, como o sistema "SOS para Agentes em Perigo", que permite o envio rápido de reforços para o local. Em casos de maior gravidade, o protocolo estabelece o acionamento imediato de uma companhia de reação, com comunicação permanente entre os agentes no terreno e o comando operacional. No pós-incidente, foi mencionada uma rede de cuidados de saúde, integrando o Centro de Saúde do Comando, o Centro de Saúde da Polícia e o Hospital Militar Central. No entanto, o Comandante reconheceu que outras formas de apoio, nomeadamente de cariz emocional ou social, dependem da gravidade de cada caso e da disponibilidade de recursos no momento.

A discrepância entre o discurso institucional e a percepção dos agentes pode ser entendida à luz da teoria da dissonância organizacional, que ocorre quando a incoerência entre as promessas formais e as práticas reais gera frustração, sentimento de abandono e fragmentação no seio da organização (Schein, 2010). Esta lacera o tecido moral da instituição, afetando diretamente o bem-estar psicológico dos profissionais. Como referem Crank e Caldero (2010), o apoio percebido pela organização influencia decisivamente a forma como os agentes reagem sob pressão, tomam decisões em contextos críticos e mantêm a motivação para cumprir a sua missão. Sentir-se valorizado e apoiado é, portanto, determinante.

A gestão do risco operacional nas forças policiais, sobretudo em ambientes urbanos complexos como Luanda, envolve não só a identificação e resposta a ameaças, mas também a proteção integral do agente (física e moral). Trata-se de uma responsabilidade estratégica, fundamental para garantir a eficácia e a sustentabilidade do serviço policial. Embora existam

esforços por parte do Comando Municipal de Luanda no apoio aos agentes afetados por riscos operacionais, é premente a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados, em particular nas dimensões social e emocional, assegurando que estes possam retomar as suas funções com confiança e motivação.

Gráfico nº 7 Análise sobre adaptação da abordagem policial ao modelo de policiamento de proximidade no município de Luanda.



Fonte: baseado nos inquéritos

Perante a questão sobre “abordagem policial do Comando se encontra adaptada aos princípios do policiamento de proximidade?” Os dados revelam uma perceção maioritariamente negativa entre os inquiridos. Apenas 4% consideram que está totalmente adaptada, enquanto 27% percebem uma adaptação parcial. Quase metade (46%) classifica-a como pouco adaptada, e 23% não souberam responder. É de salientar que nenhum participante a considerou totalmente inadequada.

Estes resultados não traduzem uma rejeição do modelo, mas antes fragilidades na sua implementação prática na Polícia Nacional de Angola, particularmente em Luanda. A perceção maioritária de inadequação (46%) parece derivar do facto de a atividade operacional de patrulha se manter ainda vinculada a métodos tradicionais, que priorizam a repressão e o controlo criminal em detrimento de ações preventivas, do diálogo e da construção de confiança com a comunidade – elementos fundamentais para um policiamento de proximidade eficaz (Lopes, 2013).

A percentagem que percebe uma adaptação parcial (27%), ainda que não maioritária, pode ser interpretada como um indicador embrionário de mudança. Esta visão coincide com a do Comandante Municipal de Luanda, que identifica a adaptação dos recursos humanos à nova

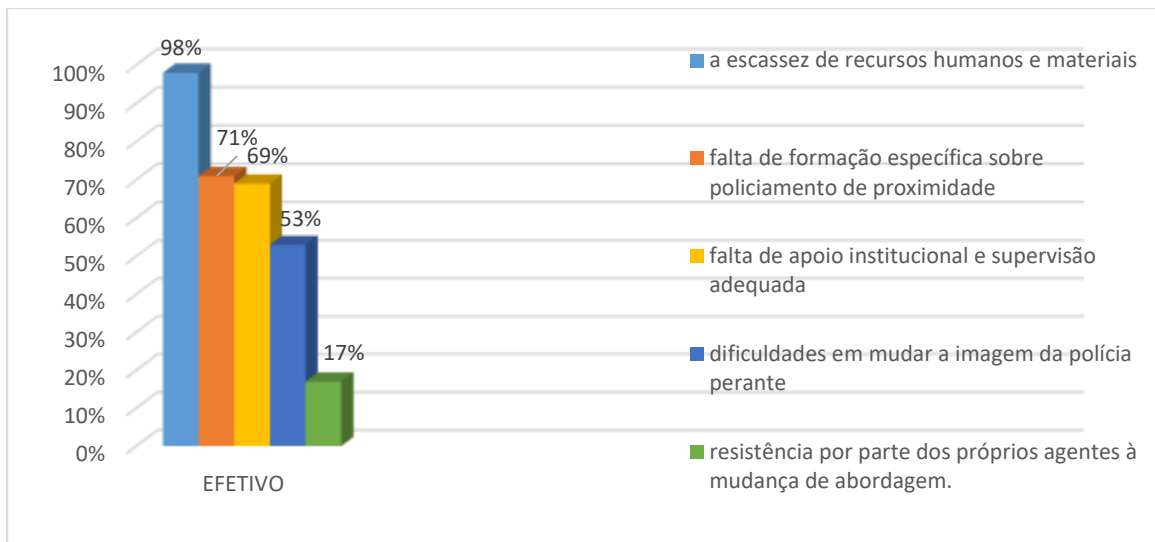
dimensão do policiamento como um desafio central. Este cenário contrasta com as abordagens teóricas, que exigem uma transformação profunda na atuação policial, na qual o agente deixa de ser uma figura de repressão para se assumir como um facilitador da segurança, integrado na comunidade (Lopes, 2013). Assim, o baixo nível de adaptação reflete, provavelmente, limitações de ordem estrutural, cultural e organizacional, como a falta de capacitação específica e a ausência de incentivos institucionais.

O facto de o policiamento de proximidade estar a ser implementado em Angola desde 2009, através de diretivas e despachos que promoveram a sua expansão nacional, sublinha a necessidade de uma análise crítica sobre a continuidade das ações. A escassez de mecanismos de acompanhamento e a insuficiência de recursos podem ter comprometido um avanço mais significativo. Contudo, os resultados parciais alcançados demonstram a existência de um terreno fértil para o seu fortalecimento.

A elevada percentagem de inquiridos que não soube responder (23%) merece uma análise cuidada. Este dado pode revelar não só uma falha na formação, mas também uma deficiente comunicação institucional. Quando os próprios agentes executores não possuem clareza conceptual sobre o modelo, a sua aplicação coerente no terreno torna-se inviável, gerando um fosso entre a doutrina oficial e a prática quotidiana.

Em suma, os dados evidenciam que a abordagem policial em Luanda, na perceção dos operacionais, dista ainda de um modelo efetivo de policiamento de proximidade. As limitações identificadas dificultam a adaptação dos agentes a este paradigma preventivo. A sua incorporação exigirá, portanto, transformações reais nas práticas, na formação e na cultura organizacional, para além do discurso formal.

Gráfico nº 8 Análise da perceção dos fatores que representam os maiores desafios para a adaptação da abordagem policial ao modelo de policiamento de proximidade no município de Luanda



Fonte: baseado nos inquéritos

Mediante a questão formulada aos inquiridos sobre os fatores que mais desafiavam a adaptação ao modelo de policiamento de proximidade no município de Luanda, permitindo a seleção de múltiplas opções, obtiveram-se os seguintes resultados: 98% dos agentes referiram a escassez de recursos humanos e materiais; 71% assinalaram a falta de formação específica em policiamento de proximidade; 69% indicaram a ausência de apoio institucional e supervisão adequada; 61% referiram o défice de envolvimento da comunidade nas ações policiais; 53% apontaram as dificuldades em alterar a imagem da polícia perante a população; e 17% mencionaram a resistência interna à mudança de abordagem.

A quase totalidade dos inquiridos (98%) identifica a carência de recursos humanos e materiais, o que reflete uma limitação operacional grave. Esta insuficiência compromete a aplicação prática do modelo, que, segundo Lopes (2013), assenta numa presença policial "constante, próxima e acessível". Sem os meios necessários, a atuação tende a circunscrever-se à resposta reativa a emergências, em detrimento da prevenção e do estabelecimento de uma relação de confiança com a comunidade.

Paralelamente, 71% dos agentes reportaram não ter recebido formação específica para o policiamento de proximidade. Esta lacuna formativa impede a aquisição das competências conceptuais e práticas necessárias para uma atuação orientada para a sensibilidade, o diálogo e a mediação. Lopes (2013, p. 46) defende que a formação, inicial e contínua, é um "elemento chave" para a consolidação deste modelo preventivo, sendo crucial para a prestação de um serviço de qualidade. A sua ausência coloca em causa a própria viabilidade da transição de paradigma.

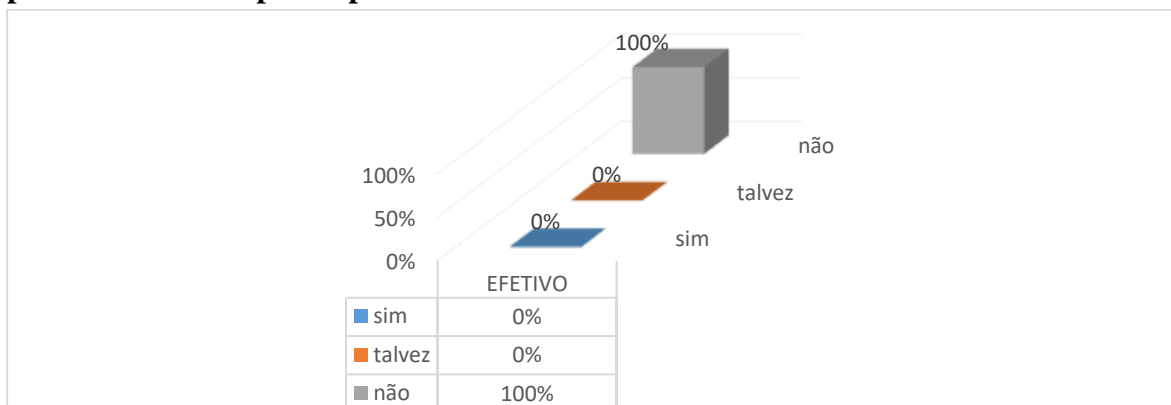
Os dados revelam ainda uma fratura relacional: 69% dos inquiridos salientam a falta de apoio institucional e supervisão, e 61% sublinham o escasso envolvimento comunitário. Esta dupla fragilidade gera um contexto de isolamento para o agente, dificultando a construção dos laços de confiança mútua que sustentam o policiamento de proximidade.

A dificuldade em reconfigurar a imagem da polícia perante a população foi assinalada por 53% dos agentes. Este impasse simbólico reflete um legado histórico de práticas autoritárias e relacionamentos marcados pela desconfiança. A sua superação exige um contacto qualificado e consistente com a comunidade, bem como uma comunicação social transparente.

Finalmente, 17% dos inquiridos reconhecem a existência de resistência interna à mudança. Este dado aponta para um desafio de natureza cultural, relacionado com a identidade profissional e a dificuldade em transitar de um paradigma de autoridade e controlo para outro, assente na prevenção e na proximidade. Durão (2006) associa esta resistência à preferência por um modelo repressivo e de resposta rápida, o que pode gerar tensão no seio da instituição.

Em síntese, os resultados evidenciam que os principais obstáculos à implementação do policiamento de proximidade em Luanda são de natureza estrutural (recursos), formativa e relacional. O seu reconhecimento constitui um passo indispensável para orientar estratégias de intervenção que viabilizem uma transição efetiva de modelo.

Gráfico nº 9 Análise sobre a perceção do impacto da escala de serviço no descanso para o bom desempenho profissional



Fonte: baseado nos inquéritos

Ao serem questionados sobre se a sua escala de trabalho permite uma recuperação adequada do cansaço físico e mental para um bom desempenho profissional, 100% do efetivo inquirido respondeu negativamente. Esta unanimidade revela um cenário potencial de exaustão

entre os agentes policiais do município de Luanda, com implicações diretas na qualidade do patrulhamento e na sua saúde ocupacional. A percepção generalizada de sobrecarga alerta para o risco de comprometimento do desempenho, aumentando a vulnerabilidade tanto dos agentes como da comunidade.

O Comandante Municipal referiu que “O efetivo possui dificuldades de mobilidade, por este motivo em situação de normalidade eram escalados 12 horas de serviço intercalados em 6 horas e folgas de 48h00. Em situação excepcional eram 12 horas de serviços intercalados em 6 horas e folgas de 24h00”. Tais medidas mostram-se, contudo, insuficientes para mitigar o impacto da fadiga. Do ponto de vista teórico, propostas como o modelo 24h x 72h têm sido defendidas como alternativa eficaz para atenuar o desgaste físico e psicológico inerente à profissão policial (Pontotel, 2022). Este formato de escala visa assegurar um período de recuperação mais extenso, crucial para o desempenho e para a saúde mental dos profissionais.

Alves e Dias (2019) reforçam que a gestão do tempo de serviço transcende a mera organização administrativa, constituindo um ato de valorização humana. Reestruturar escalas não se resume a redistribuir horas; implica reconhecer limites e respeitar a integridade física e mental dos agentes, assegurando que estes possam regressar a casa com saúde, dignidade e esperança.

Conclui-se, assim, que a escala de serviço em vigor no Comando Municipal de Luanda não oferece um tempo de recuperação suficiente face ao desgaste físico e psicológico do efetivo. Urge, portanto, reajustar a carga horária de trabalho para garantir a eficiência operacional, o bem-estar dos agentes e a qualidade dos serviços policiais prestados à comunidade. A negligência face a este fator pode resultar em consequências graves, como a redução da eficácia do patrulhamento, o comprometimento da capacidade de decisão e o aumento do risco de incidentes.

6.3 Análise e discussão das hipóteses

A Hipótese 1 (H1), que propunha a criminalidade, a estrutura urbana, a falta de recursos e a adaptação ao policiamento de proximidade como desafios principais, foi parcialmente confirmado. A análise infirmou o fator "índice de criminalidade" como um desafio central, uma vez que os dados apontam para um nível moderado e em redução. No entanto, confirmou-se que a estrutura urbana deficiente, a escassez crítica de recursos e a dificuldade na adaptação ao

modelo de proximidade constituem, de facto, os principais obstáculos estruturais e estratégicos para o patrulhamento.

Por sua vez, a Hipótese 2 (H2), que relacionava a carência de formação, o desgaste dos agentes e a exposição a riscos operacionais com a perda de eficácia, foi totalmente confirmada. Os dados empíricos demonstram de forma clara que a insuficiência de formação contínua, as escalas de serviço que impedem a recuperação física e psicológica, e a percepção de um apoio inadequado em situações de risco impactam diretamente e limitam a capacidade operacional e preventiva do efetivo policial.

CONCLUSÕES

O presente capítulo conclui a dissertação, sintetizando as principais conclusões da investigação e propondo recomendações estratégicas e científicas decorrentes do estudo. A pesquisa, intitulada “Desafios do patrulhamento da Polícia Nacional de Angola na prevenção da criminalidade no município de Luanda”, analisou, com base empírica e teórica, a forma como os fatores estruturais, organizacionais e humanos condicionam a eficácia do patrulhamento policial e, por consequência, o desempenho da segurança pública na capital angolana.

As conclusões apresentadas resultam de uma análise integrada dos dados recolhidos, dos objetivos e das hipóteses de investigação, devidamente contextualizadas no quadro conceptual da prevenção criminal, da gestão da segurança e da eficiência policial.

O estudo confirmou que a segurança pública deve ser entendida como um sistema integrado de responsabilidades partilhadas entre o Estado, as instituições policiais e a comunidade. A prevenção criminal surge como uma dimensão estratégica dessa segurança, atuando sobre as causas e os contextos do crime, e não apenas sobre as suas consequências. Neste âmbito, o patrulhamento policial assume um papel fundamental como instrumento de prevenção visível, dissuasão e proximidade comunitária.

Os resultados demonstram que um patrulhamento eficaz articula-se com estratégias de policiamento de proximidade, assentes na cooperação comunitária, na inteligência policial e na gestão adequada de recursos humanos, materiais e tecnológicos. Em suma, segurança pública, prevenção criminal e patrulhamento constituem três eixos interdependentes de uma política de Estado, cuja eficácia depende de uma gestão racional, de uma cultura institucional aberta e da aplicação de tecnologia no apoio à decisão.

Conclusão dos Objetivos

Relativamente ao primeiro objetivo específico, avaliar o índice de criminalidade em Luanda e a sua relação com o patrulhamento, análise considerou dados objetivos e subjetivos. Os dados sobre criminalidade subjetiva (perceção dos inquiridos) indicam que o nível de criminalidade no município é moderado, refletindo uma redução nos crimes objetivos, sobretudo em homicídios voluntários resultantes de rixas (Comandante Municipal de Luanda, data). Contudo, esta redução estatística, sendo importante para a avaliação operacional, revela-

se insuficiente para diminuir o sentimento de insegurança entre o efetivo policial e a comunidade, evidenciando a carência de políticas sociais eficazes para contrariar esta percepção.

No que concerne ao segundo objetivo, descrever a influência da estrutura urbana no patrulhamento, constatou-se que a morfologia da cidade dificulta a ação policial. Esta conclusão baseia-se em fatores como vias de acesso em más condições, iluminação pública deficiente, ruas estreitas e de difícil manobra, elevada densidade populacional em áreas críticas e deficiência na sinalização urbana.

Quanto ao terceiro objetivo, avaliar os recursos humanos e materiais, apurou-se que tanto os recursos humanos como os materiais (viaturas, equipamentos de segurança e comunicações) são insuficientes para um patrulhamento eficaz (análise do gráfico nº2). Esta insuficiência impacta negativamente a adaptação ao modelo de policiamento de proximidade.

No âmbito do quarto objetivo, examinar a adaptação da abordagem de policiamento de proximidade, verificou-se que, embora existam algumas ações implementadas, persistem fatores limitantes. Entre eles, destacam-se a escassez de recursos humanos e materiais, a falta de formação específica, a insuficiência de apoio institucional e supervisão, o reduzido envolvimento comunitário e as dificuldades em alterar a imagem da polícia perante a população. A superação destas limitações é um processo de longo prazo, crucial para o sucesso do modelo preventivo.

O quinto objetivo, avaliar o impacto do tempo de trabalho e descanso no desempenho, revelou que a escala de serviço do Comando Municipal de Luanda não permite uma recuperação adequada do cansaço físico e psicológico do efetivo, facto possivelmente agravado pela escassez de recursos humanos.

Relativamente ao sexto objetivo, avaliar a exposição a riscos operacionais, a formação e o apoio, os resultados indicam que os riscos operacionais são frequentes. A assistência ao efetivo segue os protocolos vigentes (Centro de saúde do Comando, Centro de Saúde da Polícia e Hospital Militar Central), mas a qualidade dos serviços é considerada inadequada face à procura, sendo mesmo classificada como "péssima" pelos próprios agentes.

Por fim, o sétimo objetivo, verificar a abrangência da formação contínua, constatou uma carência de ações formativas dirigidas ao efetivo de patrulhamento, o que tem prejudicado a concretização dos seus objetivos preventivos.

Resposta à questão de Partida

Em síntese, a questão de partida, **“quais são os principais desafios do patrulhamento da PNA na prevenção da criminalidade no município de Luanda?”** Encontra resposta num ciclo vicioso de limitações interligadas. As deficiências infraestruturais e a escassez de recursos impedem uma implementação robusta do policiamento de proximidade. Esta lacuna é agravada pela formação insuficiente e pelo desgaste do efetivo, culminando na incapacidade de transformar ganhos operacionais numa perceção coletiva de segurança, que é o fim último da prevenção criminal.

Estes desafios evidenciam que o progresso do policiamento de proximidade depende não só do aumento de recursos ou da modernização de equipamentos, mas de uma transformação profunda na cultura e nos procedimentos institucionais da PNA. Superá-los exige, portanto, uma intervenção integrada que alinhe a reestruturação operacional, a modernização de recursos e o fortalecimento do apoio institucional. Só assim se poderão criar as condições para um patrulhamento preventivo, sustentável e capaz de fomentar a confiança entre a comunidade e a polícia.

RECOMENDAÇÕES

Para enfrentar os desafios identificados, são apresentadas as seguintes recomendações:

No âmbito da escassez de recursos (humanos, materiais e tecnológico), é necessário que conste nas prioridades do Ministério do Interior um plano de enquadramento de novos agentes para reforçar o quadro de efetivo da PNA, com vista atender a demanda da atividade operacional conforme o plano do projeto “ A nossa Esquadra” (sobre a implementação do policiamento de proximidade) que prevê, um número de 300 efetivo para cada Esquadra policial para melhor cobertura operacional. De igual modo, deve ser criado um plano de análise, substituição, reforço e adequação dos recursos materiais, com o objetivo de facilitar a realização do patrulhamento policial na prevenção da criminalidade.

É fundamental que a PNA o invista na massificação em formação contínuo especializada para os agentes, focadas no policiamento de proximidade que promovam o diálogo, a empatia e a resolução pacífica de conflitos. Neste contexto, o plano de capacitação do efetivo deve incluir treinamentos em mediação de conflitos, técnicas de comunicação não violenta e o uso de novas tecnologias que auxiliem na prevenção e na rápida resposta a incidentes, medidas de prevenção aos riscos operacionais.

Que a PNA especificamente o Comando Municipal de Luanda, ajuste as escalas de serviço do efetivo operacional para garantir períodos adequados de descanso e recuperação é imprescindível para preservar não apenas a saúde física e psicológica dos policiais, mas também a qualidade e a eficácia das operações de patrulhamento. Outro sim, é necessário a descrição prática por intermédio de uma NEP, sobre a jornada de trabalho dos comandantes de Esquadras e chefes de operações, deixando claro os horários de entrada e saída, bem como os seus dias de folga semanais, garantindo um equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos mesmos.

Implementação de políticas públicas integradas para reestruturação do desenho urbano, envolvendo diversos setores contribuir dentre poderes públicos, urbanistas, especialistas de segurança e a própria comunidade, será uma estratégia essencial para transformar o ambiente urbano num espaço mais seguro.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, J. J. R. (2018). Polícia: etimologia e evolução do conceito. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 9(1), 213-260.
- Alves, A. C. (2008). Em busca de uma sociologia da polícia. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, W. M. S., & Dias, V. C. (2019). *Danos psicossociais causados pela prática profissional do militar: Um estudo sobre os fatores estressores em policiais que atuam na cidade de Curvelo/MG*. Faculdade Ciências da Vida.
- Areosa J. (2010). Riscos e sinistralidade laboral: um estudo de caso em contexto organizacional, Lisboa: ISCTE.
- ASEAN. (n.d.). *ASEAN Plan of Action to Combat Transnational Crime*. Recuperado de <https://asean.org/asean-plan-of-action-to-combat-transnational-crime/>
- Assunção, E., & Lopes, R. (2015). *O ensino de técnicas de abordagem policial militar: Desafios impostos pelas novas demandas sociais*. Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Aragão, J. W. M. D., & Mendes Neta, M. A. H. (2017). *Metodologia científica*. Universidade Federal da Bahia. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30900>.
- Azevedo, R. G. de, & do Nascimento, A. A. (2016). Desafios da reforma das polícias no Brasil: permanência autoritária e perspectivas de mudança. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 16(4), 653–672. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.4.24402>.
- Bayley, D. H., & Shearing, C. D. (2001). *The New Structure of Policing: Description, Conceptualization and Research Agenda*. U.S. Department of Justice.
- Bernardino, R. C., & Bernardino, A. V. S. (2021). Fatores estressores que influenciam na qualidade de vida, gerando danos à saúde do policial militar. *Revista Univassouras*.
- Brito, C. F. F. D. (2017). *Violência contra elementos policiais: estudo das agressões no comando metropolitano de Lisboa* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. <http://hdl.handle.net/10400.26/20021>
- Caiado, R. A. R. (2013). *O sentimento de insegurança e a sua interação com a criminalidade*. (Dissertação de mestrado). Universidade Autónoma de Lisboa.
- Caetano, M. (1973). *Manual de Direito Administrativo* (Vol. I). Coimbra Editora.
- Chiyaneké, I. C. C. (2002). *Polícia e Sociedade*. Luanda. D.N.O.P
- Costa, R., & Almeida, P. (2020). *Policiamento urbano e os desafios estruturais no Brasil*. Editora Segurança Pública.

- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.^a ed.). Almedina.
- Coutinho, C. P. (2018). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.^a ed.). Almedina.
- Crawford, A. (2009). *Crime prevention policies in comparative perspective*. Willan Publishing.
- Cunha, M. A; Przeybilovicz, E; Macaya, J. F. M; Burgos, F. (2016). *Smart Cities: Transformação digital de cidades*. Fundação Getúlio Vargas.
- Defesanet. (2025, 23 de outubro). Tecnologias de ponta a serviço da segurança pública e defesa serão apresentadas no COP Internacional. Recuperado em 21 de outubro de 2025, de <https://www.defesanet.com.br/seguranca/cop-internacional/tecnologias-de-ponta-a-servico-da-seguranca-publica-e-defesa-serao-apresentadas-no-cop-internacional/>:cite[4].
- Delgado, T. (2011). *O patrulhamento: factor de prevenção de incêndios florestais* (Dissertação de mestrado) Academia Militar. <http://hdl.handle.net/10400.26/8267>.
- Deloitte. (2022). *Vigilância e policiamento preditivo através da IA*. Recuperado em 21 de outubro de 2025, de <https://www.deloitte.com/pt/pt/Industries/government-public/perspectives/urban-future-with-a-purpose/surveillance-and-predictive-policing-through-ai.html>:cite[2].
- Durão, S. (2006). *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa*. (Tese de doutoramento) Instituto Universitário de Lisboa. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/274>>. ISBN 978-989-732-094-1.
- Escritórios das Nações Unidas da sobre Drogas e Crimes (2010). *Manual de diretrizes de prevenção à criminalidade Aplicação Prática*. Nações Unidas.
- Ferret, J. (2003). Evaluer la police dite de proximité? Certitudes et incertitudes tirées des expériences françaises. *Évaluer La Police? La Mesure De La Performance Et Ses Enjeux: Acteurs, Savoirs Et Instruments*, 83-110.
- Ferreira, D. K. S. (2009). *Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares de um centro urbano*. Fundação Oswaldo Cruz. Recuperado de <https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2009ferreira-dks.pdf>
- Ferreira, L. (2019). *Recursos materiais e a eficiência operacional das forças de segurança*. Revista de Estudos Policiais, 8(2), 45-67.
- Filho, N. S. P. (2020). *Manual esquemático de criminologia*. 10. ed. Saraiva Educação.
- Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. Oxford: Oxford University Press.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projectos de pesquisa*. (4.^a ed.). Editoras Atlas.

- Gonçalves, S. M. P. (2011). *Bem-estar no trabalho em contexto policial: O contributo dos valores e das práticas organizacionais*.
- Guarda Nacional Republicana. (2019). *Competências e estrutura organizacional da GNR*. Lisboa.
- Hamada, H. H., & Nassif, L. N. (2018). Perspectivas da segurança pública no contexto de smart cities: desafios e oportunidades para as organizações policiais. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 11(22), 189-213.
- Jackson, S., & Maslach, C. (1982). After-effects of job-related stress: families as victims. *Journal of Occupational Behaviour*, 3, 63-77. doi: 10.1002/job.4030030106.
- João, V., & Costa, F. (2022). Visões dos Agentes da Polícia Sobre a Situação de Segurança Pública no Município do Lubango. *Revista Olhar Científico*, 1(1), 69-86. <https://portalspensador.com/index.php/ROC-ISPA/article/view/445>.
- Kauark, F. d., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da Pesquisa - um guia prático*. Via litterarum.
- Lopes, N. R. C. (2013). *Policimento de proximidade: aplicação prática do modelo integrado de policiamento de proximidade*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Loubet del Bayle, J. L. (2006). *Police et politique: Une approche sociologique*. L'Harmattan.
- Machado, B. A. R. (2010). *Actuação policial em zonas urbanas sensíveis: da desordem ao unrest*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/24790/1/Bruno%20Machado.pdf>
- Martins, F. (2022). O papel da Guarda Nacional Republicana. Prevenção, *Policimento e Segurança - Implicações nos Direitos Humanos*. (pp. 09-26). Centro de Investigação em Justiça e Governação - JusCrim (Justiça Criminal e Criminologia). Escola de Direito da Universidade do Minho.
- Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (n.d.). *Prevenção ao Crime e Justiça Criminal: marco legal*. Recuperado de <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>.
- Nakane, A. (2013). *Segurança em Eventos: não dá para ficar sem*. Aleph.
- Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A emergência do policiamento de proximidade*. Edições Almedina.

- Pereira, R. J., & Souza, M. T. (2021). Fatores de risco psicossociais na atividade policial: Uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Psicologia do Trabalho*, 3(2), 45-62. <https://doi.org/10.1590/psicotrabalho.2021.002>
- Pereira, C., & Nascimento, T. (2023). *Criminalidade e policiamento: um estudo sobre a alocação de recursos policiais nas metrópoles brasileiras*. *Segurança Pública em Foco*, 11(3), 89-112.
- Pestana, A. (2020). *Blended learning: Contributos para o desenvolvimento de um sistema de ensino híbrido na formação contínua da PSP*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Polícia Marítima. (2020). *Missão e competências da Polícia Marítima*. Autoridade Marítima Nacional.
- Polícia Nacional de Angola (2019), *Descrição do Projeto “A Nossa Esquadra”*. (2019). *Comissão de Implementação do Projeto “A Nossa Esquadra”*.
- Polícia Nacional de Angola. (2020). *Manual de organização e procedimentos operacionais*.PNA
- Polícia Nacional de Angola. (2023). *Vocabulário Policial*. PNA.
- Poncioni, P. (2023). *Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 1(1), 22-35.
- Podranov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. (2ª ed.). Editora Feevale.
- Quiar, C. (2016). *Policiologia- Reflexão sobre os conceitos e objectivos das ciência policiais*. Gráfica da Polícia Nacional.
- Santo, P. E. (2015). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: Génesse, Fundamentos e Problemas*. Edições Sílabo.
- Silva, E. L. da., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (4ª ed.). UFSC.
- Silva, M. B., Nunes, T. P., & Silva, T. P. (s.d.). A evolução do conceito de segurança e sua inserção nas . *Encontro Nacional de da Associação Brasileira de Estudos de Defesa*.
- Simões, C. G. (2016). *Modelo de policiamento na GNR : Experiência do Destacamento Territorial de Coimbra* (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada). Academia Militar. <http://hdl.handle.net/10400.26/15227>.
- Sousa, L., et al. (2021). "Riscos físicos no patrulhamento policial". *Revista de Segurança Pública*, 29(2), 78-95. Disponível em: <https://www.revsegpublica.org>

- Soares, J. M. M. (2016). *A formação contínua na PSP: O seu impacto no desempenho e satisfação pessoal dos polícias* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Tavares, J. M. V. (2021). *O modelo de Policiamento e Prevenção nas Zonas Urbanas Sensíveis. Estudo de Caso* (Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada). Academia Militar. <http://hdl.handle.net/10400.26/40075>.
- Tomé, L. (2010). *Segurança e Complexo de Segurança: Conceitos Operacionais*. JANUS.Net: Observare, 1(1).
- Tonry, M. (2012). *Crime and justice: A review of research*. Chicago: University of Chicago Press.
- United States Coast Guard. (2021). *Roles & Missions*. U.S. Department of Homeland Security.
- Valente, M. M. G. (2004). *Dos órgãos de Polícia Criminal*. Livraria Almedina.
- Vijver, K., & Zoomer, O. (2004). Evaluating community policing in the Netherlands. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, 12(3), 251-267.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). *Broken windows: The police and neighborhood safety*. *Atlantic Monthly*, 249(3), 29–38.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Editora FGV.

Legislações e Relatórios

- Assembleia Nacional. (2010). *Constituição da República de Angola*.
- Comissão Europeia. (2020). *Estratégia da UE para uma União da Segurança*.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2004). *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Prevenção da criminalidade na União Europeia*. Bruxelas
- Conselho da União Europeia. (2010). *Programa de Estocolmo — Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos*. *Jornal Oficial da União Europeia*.
- Decreto Presidencial n. 152 de 15 de Maio de 2019. *Diário da República*, 1ª Série, n.º65, 762-763. Imprensa Nacional.
- Institute for Economics and Peace. (2025). *Global Peace Index 2025: Measuring peace in a complex world*. Sydney. Obtido de <https://www.visionofhumanity.org/maps/>
- Lei.n.º.15/24.de.10.de.Setembro.2002..Diário.da.República.1ªsérie,nº175.

Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Presidência da República.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2011). *Diretiva 2011/36/UE relativa à prevenção e combate ao tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho*. Jornal Oficial da União Europeia, L 101, 1-11. Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32011L0036>

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2014). *Diretiva 2014/42/UE relativa ao congelamento e perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia*. Jornal Oficial da União Europeia, L 127, 39-50. Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32014L0042>

Polícia Nacional de Anjo, NEP nº 001/2021/CGPN de 26 de Março

Comando Provincial de Luanda. (2023). *Relatório Anual de Segurança pública*.

Polícia Nacional de Angola.(2023). *Relatório anual de Segurança Pública, 2022*.

União Africana. (2005). *Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum da União Africana*. Recuperado de https://au.int/sites/default/files/treaties/37292-treaty-0031_-_african_union_non-aggression_and_common_defence_pact_p.pdf

União Africana. (2003). *Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção*. Recuperado de https://au.int/sites/default/files/treaties/36382-treaty-0028_-_african_union_convention_on_preventing_and_combating_corruption_p.pdf

União Africana. (n.d.). *Política sobre a Prevenção do Tráfico de Pessoas em África*. Recuperado de https://au.int/sites/default/files/newsevents/workingdocuments/40515-wdPOLICY_ON_THE_PREVENTION_OF_TRAFFICKING_IN_PERSONS_IN_AFRICA-_PORTUGUESE.pdf

União Europeia. (2007). *Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia*. Jornal Oficial da União Europeia.

APÉNDICE

Apendice- 1-Guião da entrevista dirigida ao Comandante Municipal de Luanda



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Entrevista de pesquisa dirigida ao Comandante Municipal de Luanda

O presente inquérito de pesquisa destina-se a recolha de dados para facilitar a elaboração da dissertação de mestrado subordinado ao tema: "**PATRULHAMENTO POLICIAL EM ANGOLA: Dos desafios da Polícia Nacional de Angola na prevenção da criminalidade no município de Luanda**", para obtenção do grau de mestre em ciências policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Autor: **Luís Paim Augusto**

DADOS PESSOAIS

NOME:

POSTO:

FUNÇÃO

QUESTÕES

1. Como caracteriza da situação criminal no território operacional do Comando Municipal de Luanda? Quais fatores considera que mais impactaram a criminalidade no município?
2. Até que ponto, a densidade populacional e o índice criminal impactaram o patrulhamento policial no município de Luanda?
3. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela PNA no patrulhamento urbano em Luanda?
4. Quais são os principais desafios na adaptação da abordagem policial da PNA ao policiamento de proximidade no CML?

5. Como avalia a adequação e a eficiência dos recursos materiais e humanos disponibilizados pelo CML para o patrulhamento urbano? Quais foram os principais desafios enfrentados na alocação e gestão desses recursos, especialmente no que se refere à sua eficácia na prevenção da criminalidade?
6. Considerando as exigências do patrulhamento policial no território operacional do CML, qual seria a quantidade ideal de recursos humanos e meios rolantes para garantir uma atuação eficaz e abrangente? De que forma a distribuição desses recursos poderia ser otimizada para fortalecer a presença policial, melhorar a capacidade de resposta e ampliar a segurança da população?
7. Quais são as principais dificuldades tecnológicas enfrentadas no patrulhamento policial e como a superação destes podem impactar a eficácia do patrulhamento policial?
8. Quais desafios a estrutura urbana de Luanda impôs às estratégias de patrulhamento policial, especialmente no que diz respeito à efetividade, à cobertura territorial e à capacidade de resposta diante das demandas de segurança?
9. Como é a gestão e distribuição da formação contínua para os agentes? Qual é a frequência dessas formações e como elas eram direcionadas às diferentes unidades ou áreas de atuação dentro do comando?"
10. Como é gerida a escala de serviço do efetivo operacional? Quais foram os principais desafios enfrentados e como foram abordados para garantir a eficácia da operação?"
11. Sendo que o efetivo operacional está exposto a diversos riscos, quais foram as intervenções implementadas pelo Comando Municipal de Luanda para prevenir riscos e outros incidentes? Quais procedimentos de assistência foram estabelecidos para apoiar o efetivo que se tornou vítima desses riscos?

Apendice- 2- Guião do questionário dirigido ao efetivo da PNA



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Questionário de pesquisa dirigido ao efetivo operacional do Comando Municipal de Luanda que realiza o patrulhamento policial.

O presente inquérito de pesquisa destina-se a recolha de dados para facilitar a elaboração da dissertação de mestrado subordinado ao tema: "**PATRULHAMENTO POLICIAL EM ANGOLA: Dos desafios da Polícia Nacional de Angola na prevenção da criminalidade no município de Luanda**" para obtenção do grau de mestre em ciências policiais.

O respectivo questionário é baseado em questões fechadas e sem respostas certas ou erradas. A sua participação é anónima e garantimos total confidencialidade quanto à sua identidade. Pedimos que responda com sinceridade, com base na sua experiência profissional. A sua colaboração é fundamental para o sucesso deste estudo.

Agradecemos a sua atenção e disponibilidade para contribuir com a sua resposta

Autor: **Luís Paim Augusto**

PERFIL DO INQUIRIDO

Idade do inquirido

- Menos de 25 anos
- 25 a 35 anos
- 36 a 45 anos
- Mais de 45 anos

Género

- Masculino
- Feminino

Nível académico

- Ensino de base não concluído
- Ensino de base concluído
- Ensino médio não concluído
- Ensino médio concluído
- Ensino superior não concluído
- Ensino superior concluído

Posto

- Agente
- Subchefe
- Oficial

Tempo de serviço na PNA

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Esquadra/Posto policial*

QUESTÕES

1. Como caracterizas o nível de criminalidade em Luanda

- Alta
- Muito alta
- Moderado
- Baixa
- Muito baixa

2. Quais são os principais desafios que enfrenta durante o patrulhamento?

(Pode marcar mais de uma opção)

- Falta de efetivo policial
- Falta de meios de transporte

- () Falta de equipamentos de segurança
- () Longas jornadas de trabalho e pouco tempo de descanso
- () Risco elevado (confrontos, estresse laboral, trauma psicológico,)
- () Falta de apoio da população
- () Escassez de rádio de comunicação
- () Carência de meios tecnológico necessários para o patrulhamento policial

3. Com base a sua experiência, a estrutura urbana de Luanda dificulta o patrulhamento?

- () Sim, muito
- () Sim, um pouco
- () Não interfere
- () Não sei dizer

4. Na sua experiência, quais dos seguintes fatores relacionados à estrutura urbana dificultam a execução eficaz do patrulhamento operacional?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- () Vias de acesso em más condições (buracos, falta de pavimentação, etc.)
- () Iluminação pública deficiente
- () Ausência ou deficiência de sinalização urbana
- () Ruas estreitas ou de difícil manobra para viaturas policiais
- () Urbanização desorganizada (bairros informais, áreas sem planeamento)

Trânsito intenso e congestionamentos frequentes

Elevada densidade populacional em áreas críticas

Acessos limitados a determinados bairros/zonas por questões geográficas

5. Com que frequência participa em ações de formação contínua ou reciclagem profissional no âmbito da atividade policial?

- () Nunca
- () Anualmente
- () 1 A cada 2 anos
- () 1 a cada 5 anos
- () Apenas uma vez, desde o ingresso na corporação

6 Quando um agente é vítima de riscos operacionais (como ferimentos, traumas ou outros problemas durante o patrulhamento), como você avalia a ajuda prestada pelo comando municipal?

Muito boa

Boa

Razoável

Péssima

Não sei dizer, nunca recebi assistência do comando municipal

7. considera a sua escala de trabalho suficiente para recuperar o cansaço físico e mental para o bom desempenho profissional?

Sim

Não

Talvez

8. Considera que a abordagem policial atualmente utilizada pelo efetivo do comando policial durante o patrulhamento está adaptada aos princípios do policiamento de proximidade?

Totalmente adaptada

Parcial

Pouco adaptada

Não saber responder

9. Na sua experiência, quais dos seguintes fatores representam os maiores desafios para a adaptação da abordagem policial ao modelo de policiamento de proximidade n município de Luanda?

escassez de recursos humanos e materiais

de formação específica sobre policiamento de proximidade

falta de apoio institucional e supervisão adequada

falta de envolvimento da comunidade nas ações policiais,

mudar a imagem da polícia perante a população

resistência por parte dos próprios agentes à mudança de abordagem.

Apêndice- 3- Entrevista dirigida ao Comandante Municipal de Luanda



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

Entrevista de pesquisa dirigida ao Comandante Municipal de Luanda

O presente inquérito de pesquisa destina-se a recolha de dados para facilitar a elaboração da dissertação de mestrado subordinado ao tema: "**PATRULHAMENTO POLICIAL EM ANGOLA: Dos desafios da Policia Nacional de Angola na prevenção da criminalidade no município de Luanda**", para obtenção do grau de mestre em ciências policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Autor: Luís Paim Augusto

DADOS PESSOAIS

NOME: Lázaro Conceição

POSTO: Superintendente-Chefe

FUNÇÃO: Comandante Municipal de Luanda

1. Como caracteriza da situação criminal no território operacional do Comando Municipal de Luanda? Quais fatores considera que mais impactaram a criminalidade no município?

R: Registamos um redução significativa nos homicídios voluntários, principalmente os decorrentes de rixas entre grupos. Os fatores que mais impactaram foi a falta de políticas públicas voltadas para a prevenção da delinquência juvenil.

2. Até que ponto, a densidade populacional e o índice criminal impactaram o patrulhamento policial no município de Luanda?

R: Impactaram de modo expressivo porque existem bairros desestruturados com elevada densidade populacional e com acessos que dificultam a resposta policial.

3. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela PNA no patrulhamento urbano em Luanda?

R: A grande dificuldade está na arquitetura urbana, que aumenta significativamente as oportunidades de sucesso do crime.

4. Quais são os principais desafios na adaptação da abordagem policial da PNA ao policiamento de proximidade no CML? Comenta sobre o impacto deste no patrulhamento policial.

R: Foi o factor humano, adaptação dos recursos humanos da polícia à nova dimensão do policiamento.

5. Como avalia a adequação e a eficiência dos recursos materiais e humanos disponibilizados pelo CML para o patrulhamento urbano? Quais foram os principais desafios enfrentados na alocação e gestão desses recursos, especialmente no que se refere à sua eficácia na prevenção da criminalidade?

R: Os recursos humanos carecem de uma formação contínua e permanente acompanhamento. Os recursos materiais necessitam de uma nova abordagem na sua gestão.

6. Considerando as exigências do patrulhamento policial no território operacional do CML, qual seria a quantidade ideal de recursos humanos e meios rolantes para garantir uma atuação eficaz e abrangente? De que forma a distribuição desses recursos poderia ser otimizada para fortalecer a presença policial, melhorar a capacidade de resposta e ampliar a segurança da população?

R: Em termos de recursos humanos, temos o suficiente, a nível dos meios precisaríamos de mais 10 viaturas, 50 rádios, 30 bodycam e diverso equipamento de proteção (algemas, bastões extensível, lanternas, coletes táticos), meios coercivos (gás pimenta e pistolas electrizantes).

7. Quais são as principais dificuldades tecnológicas enfrentadas no patrulhamento policial e como a superação destes podem impactar a eficácia do patrulhamento policial?

R: As falhas constantes no sistema de CCTV e de gestão de recursos.

8. Quais desafios a estrutura urbana de Luanda impôs às estratégias de patrulhamento policial, especialmente no que diz respeito à efetividade, à cobertura territorial e à capacidade de resposta diante das demandas de segurança?

R: Requalificar Luanda tendo em conta o desenho urbano na prevenção criminal.

9. Durante o seu tempo à frente do Comando Municipal de Luanda, como era organizada a gestão e distribuição da formação contínua para os agentes? Qual era a frequência dessas formações e como elas eram direcionadas às diferentes unidades ou áreas de atuação dentro do comando?"

R: Há um plano de formação contínua anual, mas ao nível dos efectivos em geral responsabilidade do comandante de Esquadra no quadro das determinações de serviço que eram baixadas. Ao nível específico tínhamos formações semanais para o projecto da ciclo patrulha e de defesa pessoal aos comandantes de Esquadra.

10. Como era gerida a escala de serviço do efetivo operacional? Quais foram os principais desafios enfrentados e como foram abordados para garantir a eficácia da operação?"

R: Os efectivos possuem dificuldades de mobilidade, por este motivo em situação de normalidade eram escalados 12 horas de serviço intercalados em 6 horas e folgas de 48h00. Em situação excepcional eram 12 horas de serviços intercalados em 6 horas e folgas de 24h00. Os principais desafios eram manter a logística e as condições de acomodação das forças na Esquadra durante a mudança de turno.

11. Sendo que o efetivo operacional está exposto a diversos riscos, quais foram as intervenções implementadas pelo Comando Municipal de Luanda para prevenir riscos operacionais, como ferimentos, estresse, traumas psicológicos, mortes, doenças e outros incidentes? Quais procedimentos de assistência foram estabelecidos para apoiar o efetivo que se tornou vítima desses riscos?

R: Para prevenir foi criado um mecanismo de SOS para Agentes em perigo onde todos os recursos eram canalizados para o centro de gravidade da ocorrência. Foi baixadas várias determinações que obrigavam os Agentes a comunicar minuto a minuto a evolução da ocorrência. Em caso ações violentas e coletivas, o protocolo obrigava o reforço da intervenção com a companhia de reação. Os efetivos eram assistidos de acordo com os protocolos vigentes para assistência sanitária (Centro de saúde do Comando, Centro de Saúde da Polícia e por

último Hospital Militar central). Outros apoios eram conciliados entre a necessidade e a disponibilidade.

Apêndice- 4- Nível Acadêmico dos inquiridos

Tabela 4: Nível acadêmico dos inquiridos

Nível acadêmico	Número de respostas	%
Ensino de base não concluído	0	0%
Ensino de base concluído	15	7%
Ensino médio não concluído	0	0%
Ensino médio concluído	88	40%
Ensino superior não concluído	88	40%.
Ensino superior concluído	29	13%
Total	220	100%

Fonte: baseado nos inquéritos

Apêndice-5- Categoria dos Posto dos inquiridos

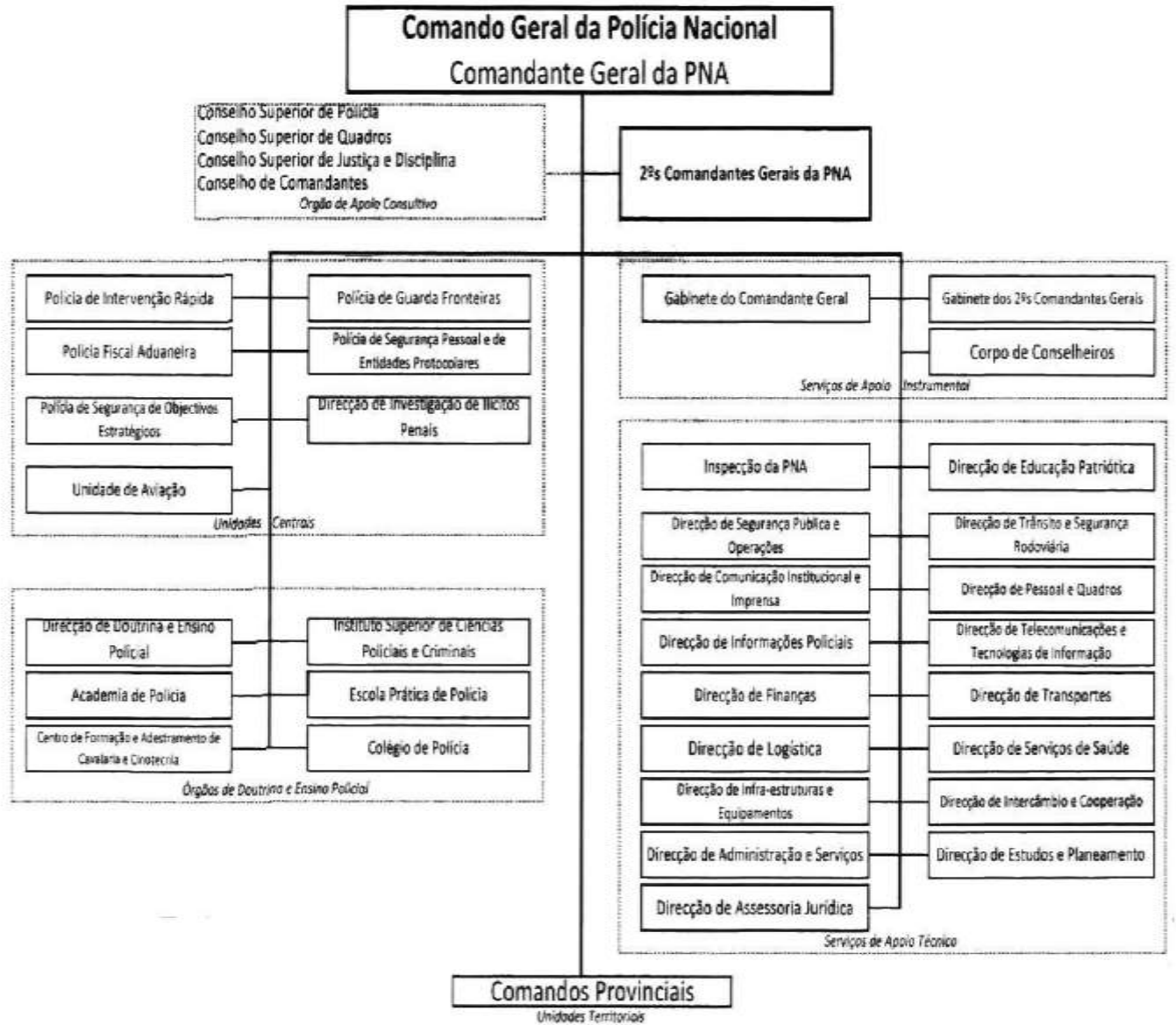
Tabela 4: Categoria e postos dos inquiridos

Classe	Número de resposta	%
Oficial	7	3%
Subchefe	66	30%
Agentes	147	67%

Fonte: baseado nos inquéritos

ANEXOS

Anexo A – Organograma da Polícia Nacional de Angola



Anexo B- Declaração de Pesquisa



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E
SEGURANÇA INTERNA

Direção de Ensino

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos legais declaro que o aluno n.º 2022.41 – **Luis Paim Augusto**, titular do passaporte n.º N2758279, frequenta no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o 2.º ano do XV Curso de Mestrado em Ciências Policiais, na especialização de Gestão da Segurança, no ano letivo 2023/2024.

O aluno encontra-se a desenvolver um trabalho científico no âmbito da sua dissertação de Mestrado, subordinada ao tema “PATRULHAMENTO POLICIAL EM ANGOLA: Desafios do patrulhamento da Polícia Nacional de Angola na prevenção da criminalidade em Luanda”.

Por ser verdade, se passa a presente declaração que por mim vai assinada e autenticada com o selo a óleo em uso neste Instituto.

Lisboa e ISCP SI, 14 de dezembro de 2023

O Coordenador Científico

Doutor Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Intendente



Anexo - C – Directiva sobre a implementação do policiamento de proximidade


REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DO INTERIOR
COMANDO GERAL DA POLÍCIA NACIONAL
GABINETE DO COMANDANTE

DIRECTIVA Nº 002/GAB.CGPN/2009.

A diminuição da criminalidade no País, constitui um dos objectivos a alcançar pela Polícia Nacional, mediante uma política que, articuladamente, esteja virada para o combate das causas e dos efeitos do crime.

Para alcançar este desiderato a Polícia Nacional deve adoptar novos métodos e formas de actuação.

O policiamento de proximidade é uma das formas que permite melhorar a interacção entre a Polícia e as comunidades.

A experiência de outros países tem demonstrado que quando bem implementado o policiamento de proximidade constitui uma ferramenta importante na prevenção e o combate ao crime.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 9º do Estatuto Orgânico da Polícia Nacional,

ORIENTA-SE:

1º.- Que seja implementada a nível da Polícia Nacional o Programa de Policiamento de Proximidade, anexo a esta Directiva e que dela faz parte integrante.



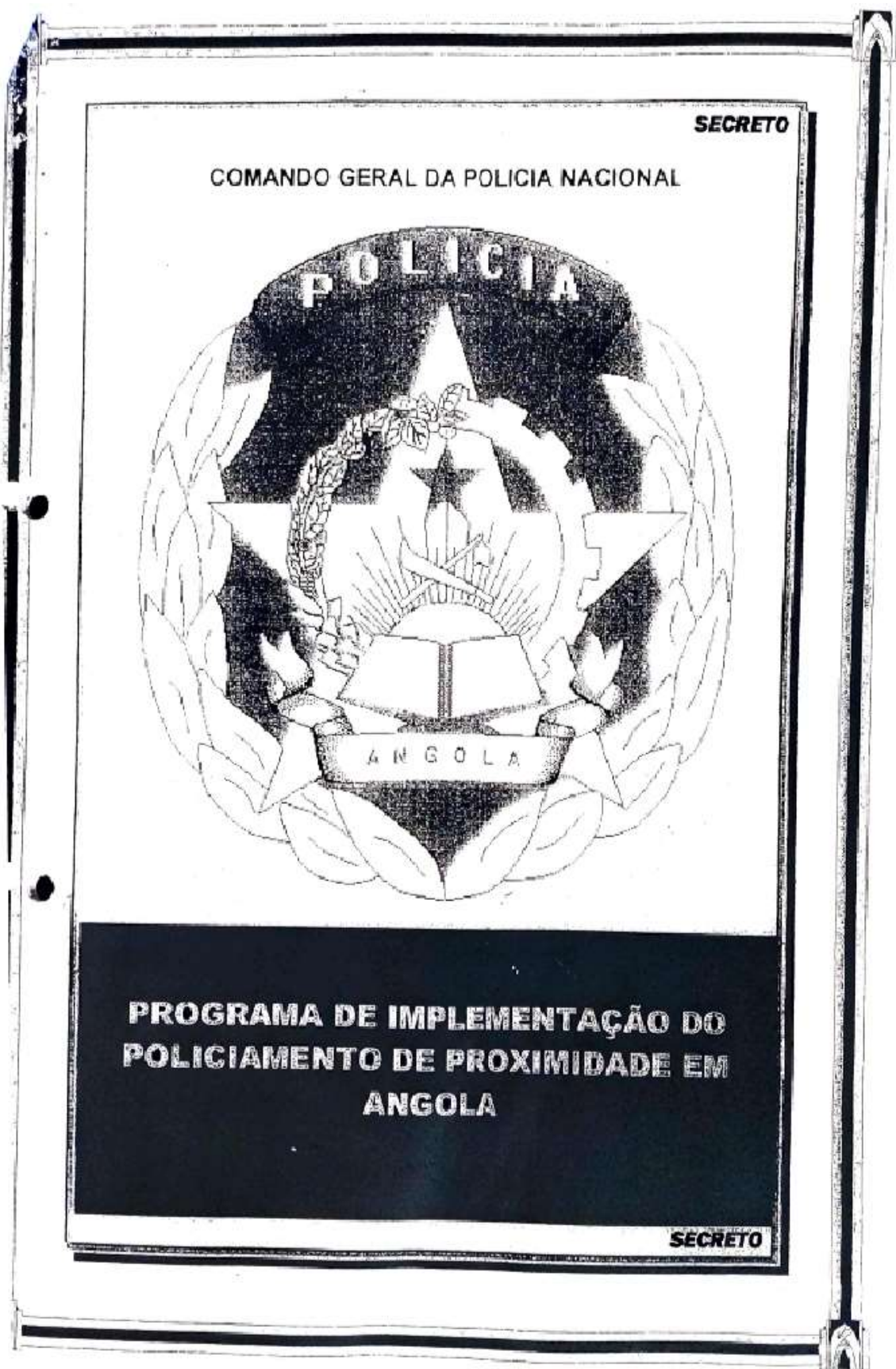
2º.- A coordenação e avaliação do Programa deve ser feito a nível central pela Direcção Nacional de Ordem Pública e a nível provincial pelos respectivos Comandantes

3º.- A presente Directiva entra imediatamente em vigor.

CUMpra-SE.

GABINETE DO COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA NACIONAL
EM LUANDA, AOS 3 DE Febrero DE 2009.


O COMANDANTE GERAL,
AMBRÓSIO DE LEMOS FREIRE DOS SANTOS
*** COMISSÁRIO GERAL ***



Anexo D- Organograma do Comando Municipal



Anexo E- Organograma da Esquadra

